

Programa Operacional
Assistência Técnica ao QCA III



Relatório
Anual
de
Execução 2002

Junho de 2003





Índice

1.	Introdução e enquadramento	3
2.	Modificação das condições gerais com importância relevante para a execução da intervenção	5
3.	A operacionalização dos sistemas de gestão, acompanhamento e controlo	7
4.	Estado de avanço dos eixos prioritários e medidas	9
4.1	Eixo FEDER	9
Med. 1.1	9
Med. 1.2	14
Med. 1.3	18
Med. 1.4	20
4.1.1	Indicadores do FEDER: quantificação e análise por Medida e Acção ..	21
4.2	Eixo FSE	25
Med. 2.1	25
Med. 2.2	36
Med. 2.3	37
Med. 2.4	44
Med. 2.5	44
4.2.1	Indicadores do FSE: quantificação e análise por Medida e Tipologia ..	51
5.	Execução financeira do Programa	59
5.1	Eixo FEDER	59
5.2	Eixo FSE	65
6.	Disposições tomadas pela Autoridade de Gestão e pela Comissão de Acompanhamento para assegurar a eficácia da gestão e implementação do Programa	70
7.	Planos de Comunicação	75
8.	Medidas tomadas com a finalidade de assegurar a compatibilidade com as políticas comunitárias e a coordenação de conjunto	77
9.	Anexos	79





1. Introdução e enquadramento

O Programa Operacional de Assistência Técnica ao QCA III (PO ATQCA III), aprovado pela Decisão CE (2001) 557 de 20 de Março, constitui o suporte ao desenvolvimento da estratégia global definida no QCA e visa garantir as condições necessárias ao lançamento e execução do QCA III, assegurando, em particular a implementação e funcionamento dos sistemas e estruturas de coordenação, gestão, acompanhamento, avaliação, controlo e divulgação previstos no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio 2000-2006.

O PO ATQCA III está estruturado e organizado em torno de dois Eixos prioritários, em que ao Eixo 1 está associado o FEDER e ao Eixo 2 o FSE. A implementação do Programa está centrada nas entidades responsáveis, a nível nacional, pela Gestão dos dois fundos, incumbindo essa responsabilidade à Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional no caso do Eixo 1 e ao Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu no caso do Eixo 2. Não obstante esta desagregação, em termos de fundos comunitários e de responsabilidades, verifica-se um paralelismo e uma consonância em termos da estrutura organizativa das medidas que constituem cada um dos Eixos. Assim:

- a Medida 1 diz respeito às tarefas de coordenação, gestão e controlo;
- a Medida 2 envolve as acções relacionadas com a avaliação;
- a Medida 3 é dirigida aos sistemas de informação (SIFEC no caso do FEDER e SIIFSE no caso do FSE);
- a Medida 4 respeita à divulgação e publicidade e,
- unicamente no caso do FSE, a Medida 5, que envolve a melhoria da qualidade e consistência do sistema de formação profissional.

O presente relatório, respeitante ao ano 2002, vem dar resposta às obrigações regulamentares previstas no artº 37º do Regulamento (CE) 1260/99 do Conselho, de 21 de Junho, nos termos do qual a Autoridade de Gestão deverá elaborar e apresentar à Comissão Europeia, no prazo de seis meses após o fim de cada ano civil, um relatório anual de execução, devendo o mesmo ser aprovado, previamente, pela respectiva Comissão de Acompanhamento.

O relatório está estruturado de acordo com as orientações da Comissão de Gestão do QCA III e inclui a informação essencial sobre o progresso de cada Eixo e Medida, tendo presente que se trata de um Programa com características de transversalidade ao QCA.





2. Modificação das Condições Gerais com Importância Relevante para a Execução da Intervenção

Em 2002 não se registaram modificações que tenham tido particular relevância, quer no que respeita aos objectivos gerais do Programa, quer no que respeita à execução do Eixo FEDER.

No que respeita ao Eixo FSE, o diploma da execução orçamental para 2002, inclui uma norma dirigida aos serviços públicos inseridos no Regime de Administração Financeira do Estado (RAFE), de difícil compatibilização com a regulamentação nacional em vigor aplicável aos financiamentos pelo FSE, a qual originou constrangimentos financeiros à execução dos projectos por parte de Organismos da Administração Pública não possuidores de autonomia financeira.

Esta situação colocou obstáculos, nomeadamente, à prossecução das actividades da Inspeção Geral de Finanças (IGF) no Sistema Nacional de Controlo do QCA III, vertente FSE, não tendo sido possível a realização de todas as acções programadas para 2002.

Esta situação reflectiu-se, ainda, com particular acuidade, no âmbito da Medida 2.5 - Melhoria da Qualidade e Consistência do Sistema de Formação Profissional do Eixo FSE, por via da natureza dos beneficiários com projectos aprovados constituírem maioritariamente organismos da administração pública não possuidores de autonomia financeira. Em 2002, admite-se que as restrições orçamentais verificadas, e não obstante o Governo ter garantido no OE a contrapartida nacional para os projectos co-financiados, a par de uma reestruturação no Ministério da Segurança Social e do Trabalho (MSST) - originando extinções e fusões de vários organismos beneficiários ou potenciais beneficiários no âmbito da Medida 2.5 - tiveram implicações na prossecução e ou execução de vários projectos e consequentemente na execução da Medida.





3. Operacionalização dos Sistemas de Gestão, Acompanhamento e Controlo

Após a adopção do Complemento de Programação e a publicação, em 2001, de um conjunto de normas respeitantes à gestão e acompanhamento do Programa, no ano de 2002, procedeu-se à nomeação do novo Gestor do Eixo Prioritário FSE e à correspondente delegação de competências, bem como à implementação da Estrutura de Apoio Técnico do Eixo FEDER, tendo sido publicado o seguinte:

- √ Despacho nº 12 236/2002 (2ª série), de 14 de Maio - Nomeação do Dr. António Luís Valadas da Silva como Presidente do IGFSE;

- √ Resolução do Conselho de Ministros nº 59/2002 (2ª série), de 12 de Junho - Nomeação do Dr. António Luís Valadas da Silva como Gestor do Eixo FSE;

- √ Despacho nº 18 487/2002 (2ª série), de 31 de Julho - Delegação de competências do Gestor do PO no Gestor do Eixo FSE, Dr. António Luís Valadas da Silva;

- √ Despacho nº 8392/2002 (2ª série), de 13 de Fevereiro - Nomeação da Chefe de Projecto do Eixo FEDER, Dra. Arminda Maria Viegas Frutuoso Cavaleiro.





4. Estado de Avanço dos Eixos Prioritários e das Medidas

O ano de 2002 foi marcado pelo arranque efectivo da execução do Eixo FEDER, uma vez que o ano de 2001 foi, fundamentalmente, dedicado à criação de condições básicas de operacionalidade do Programa, tendo-se apenas verificado o lançamento da execução do Eixo FSE.

Para o Eixo FSE, o ano de 2002 significou a continuidade e aprofundamento dos trabalhos iniciados em 2001, bem como a concretização de um esforço de divulgação do PO AT/FSE, que se traduziu na realização de uma sessão de divulgação e na criação de uma área de divulgação da Intervenção no Site do IGFSE, o que contribuiu para a recuperação da execução.

4.1 - Eixo 1 - FEDER

O Eixo FEDER destina-se a apoiar as acções de suporte à implementação e funcionamento do QCA no que respeita à coordenação, gestão, acompanhamento, controlo, avaliação e divulgação. A realização destas acções teve início ainda em 2000, conforme descrito em relatórios anteriores, muito embora, somente em 2002, essas acções se tivessem traduzido em projectos formalmente aprovados.

Em 2002 foram aprovadas 45 candidaturas, correspondentes a uma despesa pública de 7 394 mil Euros e a uma comparticipação FEDER de 5 546 mil Euros.

Para além das aprovações formais, destacam-se seguidamente algumas das actividades que, em 2002, contribuiram para a concretização dos objectivos específicos de cada Medida e Acção e conseqüentemente para a prossecução dos objectivos do QCA.

Medida 1.1 - Gestão, Acompanhamento e Controlo

No âmbito desta Medida, foram aprovados, em 2002, 13 projectos que representam uma despesa pública de 2 229 mil Euros à qual está associado um FEDER de 1 672 mil Euros. Esta Medida é constituída por 3 Acções e as principais actividades desenvolvidas no âmbito dos objectivos de cada uma delas são apresentadas seguidamente:

Acção 1.1.1 - Funcionamento das Estruturas de Coordenação, Gestão e Acompanhamento

No âmbito desta Acção foram aprovados 6 projectos, visando o apoio à contratação de pessoal e funcionamento das estruturas de apoio técnico do QCA e do PO ATQCA III, bem como o apoio às actividades de gestão e

acompanhamento do QCA. A despesa pública destes projectos é de 1 212 mil Euros, à qual está associada uma comparticipação FEDER de 909 mil Euros.

Das actividades decorrentes da função de coordenação, gestão e acompanhamento do QCA III desenvolvidas em 2002, destacam-se as seguintes:

- √ Realização de 13 reuniões ordinárias da Comissão de Gestão;
- √ Realização de 2 reuniões da Comissão de Gestão alargada aos Gestores, a primeira dedicada às questões de avaliação e a segunda sobre as previsões de pedidos de pagamento e aplicação da regra "n+2, e sobre a orientação das reprogramações dos PO;
- √ Realização, em Março, de uma sessão de trabalho com a Comissão Europeia sobre os Sistemas de Informação do QCA III e outra, em Julho, preparatória da 4ª reunião da Comissão de Acompanhamento do QCA III;
- √ Participação nas Comissões de Acompanhamento dos Programas Operacionais do 1º e 2º semestre (38 reuniões no total);
- √ Participação na sessão plenária do Encontro Anual da Comissão Europeia com as Autoridades de Gestão, realizada em Lisboa, em 7 de Novembro de 2002;
- √ Realização das Comissões de Acompanhamento do QCA III do 1º e 2º semestre, respectivamente em 11 de Julho e 10 de Dezembro de 2002.

Do conjunto destas actividades, é de realçar a realização da sessão plenária do Encontro Anual da Comissão Europeia com as Autoridades de Gestão, na qual foram analisadas as seguintes questões:

- √ Gestão, Acompanhamento e Controlo: cumprimento da regra n+2 em 2002; exercício de previsões de pedidos de pagamento; sistemas de informação; controlo;
- √ Relação entre os Programas Comunitários e os Programas de Iniciativa exclusivamente nacional (casos do POLIS, FORAL, QUADROS, IDEIA, etc.);
- √ Implementação e acompanhamento dos Quadros de Referência Transportes e Ambiente: fecho de redes, aplicação do princípio "poluidor-pagador" e acompanhamento nos grupos de trabalho temáticos;
- √ Modalidades para assegurar um acompanhamento eficaz das seguintes prioridades estratégicas do QCA: Inovação/Produtividade/Competitividade, Sociedade de Informação, Promoção do Emprego e Inclusão Social, e Desenvolvimento sustentável;



- √ Simplificação da implementação do Fundos Estruturais, no seguimento do encontro ministerial de 7 de Outubro.

Nos termos do respectivo Regulamento Interno, a Comissão de Acompanhamento do QCA III reuniu por duas vezes no ano de 2002.

A reunião do 1º semestre decorreu a 11 de Julho, tendo sido abordados os seguintes assuntos:

- √ Ponto de situação do encerramento do QCA II (no referente ao FEDER);
- √ Ponto de situação dos trabalhos relativos à Avaliação Intercalar do QCA e dos Programas Operacionais - preparação de cadernos de encargos e lançamento de concursos;
- √ Apresentação das actividades do Observatório do QCA III;
- √ Balanço das actividades de Gestão e Acompanhamento do QCA III (2001/2002), incluindo as principais tarefas da Comissão de Gestão; o arranque dos Grupos de Trabalho Temáticos; o desenvolvimento dos sistemas de informação de apoio à gestão e do sistema nacional de controlo; e a análise dos relatórios de execução dos PO;
- √ Balanço e perspectivas de Execução Material e Financeira do QCA III, com a apresentação de uma análise por Eixos, Fundos e Programas, reportando-se a execução financeira à despesa certificada até 30 de Junho de 2002 e a execução material aos indicadores físicos mencionados nos relatórios de execução anual dos PO, reportados a 31 de Dezembro de 2001.

A segunda reunião anual realizou-se em 10 de Dezembro de 2002, tendo sido analisados os seguintes pontos:

- √ Alteração das datas habituais de realização dos CA - reunião de "fim do ano" a decorrer na Primavera (Março/ Abril) do ano seguinte e a do 1º semestre em Outubro, em lugar de Junho/Julho;
- √ Ponto de situação das propostas da CE com vista à simplificação da implementação dos Fundos Estruturais;
- √ Ponto de situação dos concursos públicos com vista à adjudicação dos trabalhos de Avaliação Intercalar do QCA e dos Programas Operacionais;
- √ Definição de procedimento e definição de calendário para a reprogramação do QCA III, na sequência da possibilidade de revisão/modificação dos Programas Operacionais por motivos de boa gestão;
- √ Grupos de Trabalho Temáticos: pontos de situação dos trabalhos desenvolvidos e actividades programadas para 2003;
- √ Apresentação de calendários efectivos ou previsionais para a disponibilização de dados, na sequência da recolha, junto das

- Autoridades de Gestão, dos elementos relativos aos Sistemas de Informação utilizados por cada PO;
- √ Níveis de execução financeira do QCA, por PO e por PO/Fundo, a 31 de Dezembro de 2002, conforme as previsões realizadas pelas Autoridades de Gestão e validadas pelas Autoridades de Pagamento no mês de Outubro de 2002;
 - √ Ponto de situação do encerramento do QCA II (nas vertentes FEDER e FSE);
 - √ Intervenções e debate sobre o tema "QCA e a Competitividade da Economia Portuguesa".

No desempenho das suas funções, a Comissão de Gestão produziu e divulgou junto dos Gestores diversos documentos orientadores. Das orientações e recomendações emitidas em 2002 destacam-se:

- √ "Recomendações sobre o lançamento dos concursos para os estudos de avaliação intercalar dos Programas Operacionais";
- √ "Recomendações da Comissão de Gestão relativas às cláusulas técnicas dos cadernos de encargos para a avaliação intercalar dos programas operacionais";
- √ "Sistematização e conteúdos dos relatórios anuais 2001 de execução dos Programas Operacionais do Quadro Comunitário de Apoio 2000-2006";
- √ "Previsões de Pedidos de Pagamento do QCA III para 2002 e 2003. Método e critérios para definir os valores finais";
- √ "Reprogramação dos Programas Operacionais e do QCA III. Informação e Orientações da Comissão de Gestão do QCA III";
- √ "Reprogramação dos Programas Operacionais e do QCA III. Nota relativa a alterações nos indicadores decorrentes deste exercício".

Acção 1.1.2 - Controlo

No âmbito desta Acção foram aprovados 4 projectos respeitantes à contratação e funcionamento da Estrutura de Apoio Técnico ao Controlo de 2º Nível e às actividades de controlo financeiro de alto nível, totalizando uma despesa pública de 750 mil Euros e uma comparticipação FEDER de 563 mil Euros.

No âmbito do Controlo, salientam-se de seguida as principais tarefas desempenhadas pela DGDR, enquanto entidade de 2º nível do Sistema Nacional de Controlo relativamente ao FEDER, bem como a actividade desenvolvida enquanto Autoridade de Pagamento à qual cometem funções de controlo.

No que respeita ao apoio ao exercício do controlo de 1º nível, destaca-se a revisão dos métodos de controlo conducentes à fixação de objectivos por



Programa Operacional, a participação na criação de estruturas de apoio técnico ao controlo de 1º nível, bem como o desenvolvimento de procedimentos subjacentes à criação de um Sistema de Informação de Apoio ao Controlo.

No que se refere à articulação em sede de SNC - Sistema Nacional de Controlo, foram desenvolvidas tarefas respeitantes ao planeamento e integração do esforço de controlo, ao estabelecimento de um plano de formação e à elaboração de métodos e instrumentos de trabalho específicos. Procedeu-se igualmente à elaboração do relatório anual dos controlos FEDER realizados durante o ano de 2001.

Por inerência às suas funções de controlo, no âmbito de FEDER e Fundo de Coesão, a DGDR integrava à data o SCI - Sistema de Controlo Interno, que promove o funcionamento articulado e coordenado do controlo interno da Administração Financeira do Estado e integra, igualmente, a Secção Especializada de Normas e Metodologias, cujo primeiro projecto, já em curso, é o desenvolvimento de "Guiões de Auto-avaliação para Gestores". Ainda neste âmbito, foi promovida a introdução de dados no Sistema de Informação da Administração Financeira do Estado (SIAFE), que tem por objectivo o levantamento e caracterização de circuitos de informação financeira estabelecidos entre a Administração Financeira do Estado e as entidades total ou parcialmente financiadas pelo Orçamento de Estado.

Na sequência das contratações, quer para o 1º nível de controlo quer para o 2º nível que ocorreram durante o exercício em apreço, tornou-se necessário proceder à respectiva qualificação, tendo-se iniciado um processo de levantamento de necessidades, do qual resultaram as seguintes acções de formação: "Métodos e instrumentos de trabalho a aplicar", dirigida às Estruturas de Gestão e Controlo dos Programas Operacionais do Continente (7 e 8 de Fevereiro de 2002); "Princípios Gerais de Auditoria" (4 e 5 de Abril 2002) e "Contabilidade" (27 de Maio a 7 de Junho 2002) que envolveu a DGDR.

No âmbito dos artigos 9º e 10º do Regulamento (CE) n.º 438/2001 da Comissão, de 2 de Março, a DGDR desencadeou, em 2002, seis Auditorias de Sistema (PRODEP III, POCTI, POSI, POC, POAT e POA), que incidiram sobre despesa certificada em 2000/2001/2002, a que correspondeu a realização de testes de conformidade e substantivos junto de 40 projectos.

De referir é também a realização de uma acção de controlo cruzado no âmbito do POE.

Foram ainda emitidas opiniões do controlo relativamente às certificações intermédias de despesa apresentadas à CE. A opinião do controlo baseou-se nas 6 auditorias de sistema mencionadas anteriormente, bem como nos trabalhos desenvolvidos pela IGF no âmbito do POLVT, PONORTE e POE que contemplam aspectos subjacentes às verificações sistémicas das certificações despesas.

No âmbito do disposto no artigo 5º do Regulamento (CE) 438/2001 da Comissão, de 2 de Março, foi remetida à Comissão Europeia, em Março e Maio de 2002, a actualização da descrição dos sistemas de gestão e controlo

aplicados pelas autoridades de gestão e de pagamento relativamente a 19 programas operacionais.

Por último garantiu-se o apoio a várias auditorias desenvolvidas por entidades externas, sendo de assinalar o acompanhamento de uma missão de controlo efectuado pelo Tribunal de Contas Europeu no PROALGARVE, no âmbito da declaração das contas (DAS) para o exercício de 2001.

No que se refere ao Controlo de Alto Nível, da responsabilidade da Inspeção-Geral de Finanças, salientam-se as auditorias feitas por auditores externos no âmbito do FEDER ao PO Algarve envolvendo 28 projectos; ao PRODESA envolvendo 17 projectos, ao PORLVT envolvendo 5 projectos e ao PONORTE envolvendo 5 projectos.

Acção 1.1.3 -Actividades complementares de natureza "out"

No âmbito desta Acção foram aprovados 3 projectos, que representam uma despesa pública de 267 mil Euros e uma comparticipação FEDER de 201 mil Euros.

Estes projectos dizem respeito a um estudo sobre o QCA III e os espaços rurais, a acções de aperfeiçoamento profissional na área do controlo e ao aperfeiçoamento profissional e aquisição de conhecimentos, por parte dos técnicos da DGDR, no que respeita à identificação e caracterização dos auxílios de minimis.

Medida 1.2 - Avaliação

No âmbito desta Medida foram aprovados 12 projectos a que corresponde uma despesa pública de 2 467 mil Euros e uma comparticipação FEDER de 1.850 mil Euros. Estes projectos respeitam fundamentalmente à avaliação intercalar do QCA, a estudos de avaliação não obrigatória e de enquadramento prospectivo do QCA, ao apoio às actividades do Observatório do QCA III e ao apoio aos Grupos de Trabalho Temáticos.

No que se refere à avaliação intercalar e considerando que compete à Comissão de Gestão do QCA assegurar a coordenação do calendário e das metodologias de lançamento e realização das diferentes avaliações, bem como organizar a avaliação intercalar do QCA em colaboração com o Grupo Técnico de Avaliação (GTA) do QCA, foram desenvolvidas, durante o ano de 2002, diversas actividades.

De acordo com o calendário estabelecido, os trabalhos de avaliação intercalar desenrolam-se em duas fases muito distintas. A primeira fase foi dedicada à organização dos trabalhos de preparação técnica e administrativa dos exercícios de avaliação e que culminou com a adopção, pelas respectivas autoridades de gestão, dos cadernos de encargos para a avaliação dos PO's e para a avaliação do QCA. A segunda fase, de lançamento dos concursos e de selecção das equipas de avaliadores externos, finalizou com a assinatura dos respectivos contratos.



Seguidamente apresentam-se as principais actividades desenvolvidas em 2002:

- √ Reunião da Estrutura de Ligação QCA/POs para análise dos aspectos comuns a ter em conta na avaliação intercalar (4 de Janeiro);
- √ Reuniões da Estrutura de Ligação QCA/POs, no âmbito restrito dos PO Regionais, no sentido de debater aspectos comuns aos mesmos, sobre as cláusulas técnicas e jurídicas, dada a reconhecida especificidade destes programas (16 e 22 de Janeiro);
- √ Terceira reunião do Grupo Técnico de Avaliação do QCA III, onde se discutiram os termos de referência, que viriam integrar a versão final do programa de concurso e caderno de encargos para a avaliação intercalar do QCA III (24 de Janeiro);
- √ Reunião da Comissão de Gestão alargada aos Gestores dos PO's e à Comissão Europeia, reunião essa que teve como principal finalidade apresentar um conjunto de orientações e sugestões coligidas pela Comissão de Gestão, com base nas principais dúvidas e problemas apontados na primeira ronda de reuniões do PO's e na anterior reunião da Estrutura de Ligação (24 de Janeiro);
- √ Segunda ronda de reuniões dos GTA dos PO's, em geral, com a aprovação dos documentos relacionados com os concursos pelo respectivo GTA, embora condicionada nalguns casos à introdução de ajustamentos (Fevereiro/Março);
- √ Concursos públicos para selecção dos avaliadores externos: envolvendo a aprovação/homologação dos programas de concurso e cadernos de encargos pela respectivas autoridades de gestão e tutelas, seguindo-se os concursos públicos para a avaliação intercalar do QCA e dos POs, processo que ficou praticamente concluído com a assinatura da quase totalidade dos contratos (Março/Dezembro).

Refira-se que o concurso da avaliação do QCA III é da responsabilidade da DGDR, que desenvolveu também durante este período os procedimentos respectivos.

Entretanto, em Novembro de 2002, iniciou-se a entrega de relatórios de progresso por parte dos avaliadores de alguns Programas Operacionais, fase que decorreu fundamentalmente no início de 2003, ao longo do meses de Janeiro e Fevereiro de 2003.

No âmbito desta Medida é de salientar também algumas das actividades desenvolvidas pelo Observatório do QCA III:

- √ acompanhamento técnico dos trabalhos de base da avaliação, designadamente através da colaboração com a Comissão de Gestão e com a Comissão de Acompanhamento do QCA III na orientação metodológica e processual da avaliação intercalar e através da participação nas reuniões dos Grupos Técnicos de Avaliação;

- √ participação nos Grupos de Trabalho Temáticos;
- √ lançamento, em cooperação com a Comissão de Gestão do QCA, de três estudos sobre matérias da relevância central para apoiar e complementar as avaliações obrigatórias intercalares. Os estudos lançados foram os seguintes:
 - ♦ "A economia portuguesa e o alargamento da União Europeia", cujo principal objectivo é aprofundar o conhecimento existente sobre os problemas e oportunidades que o alargamento da União Europeia traz especificamente à economia portuguesa, identificando factores críticos, potencialidades e reorientações estratégicas das principais políticas e instrumentos de desenvolvimento económico e social;
 - ♦ "Competitividade territorial e coesão económica e social", que visa proceder a uma reflexão crítica sobre a natureza e os efeitos dos financiamentos, designadamente comunitários, ao desenvolvimento económico, social e territorial português;
 - ♦ "A próxima reforma das políticas estruturais", que se destina a analisar as principais consequências do alargamento da União Europeia sobre as políticas estruturais e de coesão e a apresentar hipóteses de trabalho que fundamentem a introdução das necessárias transformações dessas políticas.

Ainda no âmbito desta Medida é de referir o apoio às actividades dos Grupos de Trabalho Temáticos (GTT) que funcionam na dependência e sob a orientação da Comissão de Acompanhamento do QCA III.

Tal como definido pela Comissão de Gestão do QCA III, as actividades dos Grupos de Trabalho Temáticos do Ambiente, Saúde, Transportes, Sociedade de Informação, PME/Competitividade/Inovação/Qualificações e Desenvolvimento Local poderão ser alvo de co-financiamento pelo Eixo FEDER e os Grupos de Trabalho Temáticos da Igualdade de Oportunidades e Recursos Humanos poderão ter as suas actividades co-financiadas pelo Eixo FSE.

Assim, no âmbito do Eixo FEDER foram aprovadas, em 2002, três candidaturas respeitantes aos GTT Transportes, Saúde e Ambiente, correspondentes a um investimento elegível de cerca de 160 mil Euros, sendo de salientar que as actividades dos GTT não se esgotam nas acções apoiadas pelo PO ATQCA III.

Assim salientam-se de seguida as principais acções desenvolvidas pelos GTT que poderão ser apoiados pelo Eixo FEDER:

GTT Ambiente

As actividades do GTT Ambiente iniciaram-se em Janeiro de 2002, com a aprovação dos objectivos e do programa de actividades anual.



No cumprimento das tarefas previstas no programa de actividades foram elaborados os seguintes documentos:

- √ "Identificação dos Impactes Ambientais, resultantes da Implementação dos Programas Operacionais, Sectoriais e Regionais";
- √ "A Legislação Nacional e Comunitária em matéria de Ambiente, relacionada com os Programas Operacionais Sectoriais e Regionais do QCA";
- √ "Proposta de Indicadores de Impacte Ambiental para o PO Ambiente";
- √ "Identificação das Fontes de Informação para Obtenção de Estatísticas Ambientais"
- √ "Reflexões sobre o Crescimento Sustentado".

GTT Sociedade da Informação

O GTT Sociedade da Informação reuniu uma vez em 2002, a 15 de Novembro. Nesta reunião foram abordadas as novas formas de funcionamento, na sequência das mudanças que ocorreram na tutela e na gestão do POSI, foram apresentadas as orientações genéricas da política nacional para a Sociedade da Informação e do Conhecimento, cuja execução e acompanhamento cabe à Unidade de Missão Inovação e Conhecimento (UMIC), recentemente criada, tendo igualmente sido apresentado o Plano de Actividades do GTT para 2003.

No que se refere às actividades para 2003 foi abordada a necessidade de articulação entre o POSI e os restantes programas operacionais, tendo sido acordada a elaboração de um documento de articulação que identifique os contributos de cada PO para a Sociedade de Informação, bem como as respectivas áreas de actuação. Foi, igualmente assumido que o programa de trabalhos teria fundamentalmente por base as orientações da UMIC, nomeadamente no que respeita à participação da sociedade civil na discussão das questões da Inovação e Competitividade.

GTT PME/Competitividade/Inovação/Qualificações

Em 2002, este Grupo de Trabalho procedeu à análise exaustiva de todos os PO, tendo sido desenvolvidas diversas matrizes que pretendem identificar, valorizar e hierarquizar as dimensões chave em análise. Foi, assim, elaborado um primeiro exercício de afectação das Medidas de cada um dos Programas Operacionais do QCA III aos domínios de intervenção do GTT, com o objectivo de avaliar a afectação de Fundos a cada um deles e produziu-se uma outra matriz elencando os objectivos associados a cada Medida do PO, relacionando-os com os domínios de intervenção do GTT PCIQ.

Após este levantamento será elaborado um primeiro relatório de diagnóstico que incluirá a afectação orçamental do QCA III por domínios de intervenção, bem como um primeiro ponto de situação face aos dados de execução dos vários PO.

GTT SAÚDE

No âmbito do programa de actividades aprovado, o GTT Saúde elaborou, em 2002, o primeiro relatório sobre os financiamentos do QCA à área da Saúde, no qual se faz um balanço das intervenções co-financiadas pelos Fundos Estruturais na área da Saúde até finais de Setembro de 2002.

GTT TRANSPORTES

Em 2002, o GTT Transportes procedeu à construção de um sistema de informação com base na informação constante das candidaturas aprovadas no sector dos transportes, tendo em vista o seu acompanhamento e análise, numa óptica de complementaridade e transversalidade.

Neste contexto foi elaborado um relatório que aborda as dinâmicas de cada um dos programas operacionais e do conjunto do QCA III em matéria de transportes e efectuada a análise da distribuição regional do investimento.

Medida 1.3 - Sistema de Informação

No âmbito desta Medida foram aprovados 13 projectos que representam uma despesa pública de 2 164 mil Euros e uma comparticipação FEDER de 1 623 mil Euros.

No início de Janeiro de 2002, foi disponibilizada a versão 3.0.0 do Módulo FEDER do SIFEC, na qual se incluiu uma alteração de procedimento no carregamento do plano financeiro das candidaturas FEDER, facilitando o registo da respectiva anualização com o cálculo automático da taxa média de comparticipação do projecto, bem como a revisão do cálculo da execução financeira nos regimes de incentivos.

Nesta mesma altura, foi padronizado o acesso ao SIFEC, por tipos de utilizador e em função das respectivas responsabilidades dentro das estruturas de gestão dos Programas Operacionais, e para efeitos de consulta.

Havendo Gestores que implementaram sistemas de informação próprios, foram definidos ficheiros para a importação e integração periódica de dados em SIFEC. A estrutura destes ficheiros foi disponibilizada a pedido de algumas estruturas de gestão, tendo o processo de testes sido efectuado com o apoio do PO Norte. O processo de importação/integração de registos (por inserção) dos projectos e respectivos movimentos financeiros encontra-se operacional desde 30 de Agosto de 2002.



Em complemento ao SIFEC, a DGDR adjudicou, em Junho de 2002, o desenvolvimento e implementação de um sistema de apoio à decisão, baseado na ferramenta Discoverer e que constituirá um importante instrumento para recolher e tratar de informação, servindo tanto os módulos de detalhe por projecto - FEDER e Fundo de Coesão, como a informação com detalhe por Medida existente no Módulo QCA. Este sistema, designado SEIS - Sistema de Exploração de Informação em SIFEC deverá ser disponibilizado em 2003.

Entre outros desenvolvimentos a efectuar em 2003, são de referir a produção automática de ficheiros com a informação do Anexo IV do Regulamento CE nº 438/2001¹ e a revisão das opções já existentes de finalização/ cancelamento/ reprogramação de projectos, bem como de encerramento anual dos Programa Operacional, aumentando a operacionalidade do Módulo FEDER.

Por outro lado, encontra-se igualmente completo o desenvolvimento da componente do SIFEC que permite o acompanhamento da execução física/ material dos projectos FEDER (para os PO que utilizam SIFEC por registo directo) e do conjunto do QCA, tendo este conjunto de funcionalidades sido disponibilizado em produção em Dezembro de 2002.

Coube à DGDR o carregamento inicial de dados² relativos aos indicadores associados aos Eixos do QCA e dos Eixos Prioritário dos Programas Operacionais, de acordo com as respectivas Decisões, bem como dos indicadores ao nível da Medida, e da Acção quando aplicável, previstos em Complemento de Programação.

A atribuição de indicadores que permitem o acompanhamento regular da execução dos projectos é da responsabilidade dos Gestores, sendo esses indicadores seleccionados de uma tabela comum, construída a partir dos contributos de todos os Programas Operacionais.

A actualização periódica da informação relativa aos indicadores é da responsabilidade dos Gestores dos Programas Operacionais em todos os níveis (de projecto até ao Eixo Prioritário dos PO), excepção feita aos indicadores de Eixo do QCA, cuja actualização é da responsabilidade da Comissão de Gestão QCA III, sendo essa tarefa desempenhada pela DGDR.

Em Abril de 2002 teve lugar a revisão da definição dos ficheiros do Módulo Gateway que assegura a importação e integração de dados financeiros provenientes dos SI próprios desenvolvidos para o FSE, FEOGA e IFOP, agregados ao nível da medida. Esta revisão teve por objectivo assegurar que toda a informação necessária ao correcto funcionamento da transmissão electrónica de dados para o SI da Comissão Europeia ficasse contemplada no Módulo QCA.

¹ De notar que a informação mencionada no referido anexo está contemplada em SIFEC, podendo o seu apuramento ser obtido quer através dos actuais apuramentos em Excel, quer proximamente através do SEIS. A nova funcionalidade permitirá a sua transmissão electrónica no formato definido pela CE.

² Código, designação, unidade, meta 2003, meta final e referência a indicador de reserva

Desta forma, e não obstante os testes efectuados com o SIIFSE, este módulo não entrou em plena operação em 2002, estando agendada a realização de novos testes de importação e integração de dados a realizar em 2003. De notar que a entrada em produção deste Módulo depende igualmente da recuperação de dados históricos nos SI dos outros Fundos, a qual ainda não se encontra finalizada.

Durante o ano de 2002, decorreu igualmente o desenvolvimento de um novo módulo que permite a obtenção dos ficheiros de transmissão de dados para o SFC - Structural Funds Common System - Módulo EDI (Electronic Data Interchange). Este módulo de ligação SIFEC/ SFC assegura os seguintes "interface files" propostos pela Comissão Europeia: Programming, Payment Request, Annual/ Final Report e Commitments and Payments.

As opções necessárias para o efeito já se encontram desenvolvidas e em fase de teste, sendo previsível que este Módulo esteja operacional durante o 2º trimestre de 2003, pelo menos no que respeita às opções associadas às responsabilidades da Autoridade de Pagamento FEDER. As restantes opções dependem da consolidação de informação de todos os Fundos no Módulo QCA, a qual depende da recuperação de dados históricos nos SI dos outros Fundos.

Medida 1.4 - Divulgação e Publicidade

No âmbito desta Medida foram aprovados 7 projectos que totalizam uma despesa pública de 533 mil Euros e uma comparticipação FEDER de 400 mil Euros.

As acções realizadas em 2002 seguiram os objectivos previstos no Plano de Comunicação do QCA III, desenvolvendo-se em duas vertentes - a divulgação de resultados para o exterior e o apoio interno - e tendo como suporte o papel da Comissão de Gestão do QCA na divulgação de informação estruturada respeitante ao conjunto do QCA, bem como a preocupação de fazer chegar a informação a um público mais vasto.

Estas acções são descritas com detalhe no Relatório de Execução do Plano de Comunicação para o QCA III (Anexo 10).

4.1.1 – Indicadores do FEDER: quantificação e análise por Medida e Acção

O quadro seguidamente apresentado diz respeito às acções realizadas em 2002, correspondentes aos objectivos quantificados e indicadores de acompanhamento, definidos no Complemento de Programação do PO ATQCA III.

Medida Acção	Indicadores - Complemento de Programação	Unid.	Meta 2006	2000/01	2002	Acumulado
Medida 1.1						
Acção 1.1.1	Reuniões da Comissão de Acompanhamento do QCA	nº	13	3	2	5
	Reuniões da Comissão de Gestão do QCA	nº	42	21	15	36
	Reuniões da Comissão de Acomp. do PO ATQCA	nº	12	2	2	4
	Relatórios de Execução do QCA	nº	5	1	1	2
	Relatórios de Execução do PO ATQCA	nº	5	1	1	2
	Pontos de situação do QCA	nº	12	8	5	13
	Comunicações/Doc. Orientações	nº	30	11	6	17
	Acções de Aperfeiçoamento	nº				0
Acção 1.1.2	Caracterização do Audit - trail	nº	38	19	0	19
	Manutenção Audit - trail	nº	114		19	19
	Certificação de despesa	nº	336		65	65
	Conciliação físico-financeira	nº	80		40	40
	Verificação de candidaturas	nº	200			0
	Controlo Cruzado	nº	60		1	1
	Auditoria externa	nº	38			0
Acção 1.1.3	Acções de sensibilização	nº		5		5
	Estudos	nº				0
Medida 1.2						
	Estudos de avaliação regulamentar do QCA	nº	2			0
	Outros estudos	nº	8			0
	Seminários/Encontros	nº	4	2		2
	Manuais/outros documentos de orientação	nº		1		1
Medida 1.3						
	Utilizadores registados (*)	nº	300	216	439	655
	Tempo médio de resposta do Sistema	seg	10			0
	Tempo médio de utilização	horas/dia	4		11,06	11,06
Medida 1.4						
	Edição de Public. - livros, brochuras, folhetos, boletins	nº	20	41	2	43
	Projectos audio-visuais	nº	4	1		1
	Utilizadores do site	nº	50 000	25 536	46 179	71 715

Medida 1.1 – Gestão, Acompanhamento e Controlo

No âmbito da **Acção 1.1.1**, para além dos relatórios e reuniões resultantes de obrigações regulamentares da Comissão de Acompanhamento do QCA e do PO, é de salientar a actividade da Comissão de Gestão do QCA, que durante o ano 2002 realizou 15 reuniões, 2 das quais foram alargadas a

todos os Gestores. De notar igualmente a realização de uma sessão de trabalho com técnicos da Comissão Europeia para apresentação dos diversos sistemas de informação de apoio à gestão e acompanhamento dos fundos Comunitários. Nesta análise de indicadores, não está a ser contabilizada a participação da Comissão de Gestão noutras reuniões, de que são exemplo as Comissões de Acompanhamento dos PO ou os encontros anuais da CE com as autoridades de gestão.

No que se refere aos pontos de situação do QCA, foram preparados 5 pontos de situação financeira com informação detalhada por programa e medida relativa à execução, sendo ainda de salientar 2 pontos de situação das actividades de gestão e acompanhamento apresentados nas reuniões da Comissão de Acompanhamento de Julho e Dezembro de 2002, que não estão a ser contabilizados para o efeito.

Relativamente ao número de comunicações e orientações, estão incluídos os principais documentos apresentados em reuniões da Comissão de Acompanhamento e da Comissão de Gestão, bem como as orientações difundidas a todas as Autoridades de Gestão dos PO, relativas a questões de avaliação intercalar, sistematização de conteúdos de relatórios anuais, previsões de pedidos de pagamento e reprogramação financeira e física de PO.

No que se refere à **Ação 1.1.2 - Controlo**, apresenta-se seguidamente a situação de cada um dos indicadores:

Caracterização do Audit - trail - 0: A validação da descrição dos sistemas de gestão e controlo de todas as intervenções operacionais do QCA III, vertente FEDER, e da intervenção estrutural de iniciativa comunitária, será realizada em 2003 com recurso a auditores externos.

Manutenção Audit - trail - 19: No âmbito do disposto no artigo 5º do Regulamento (CE) 438/2001 da Comissão, de 2 de Março, foi remetida à Comissão Europeia, em Março e Maio de 2002 actualização da descrição dos sistemas de gestão e controlo aplicados pelas autoridades de gestão e de pagamento relativamente a 19 programas operacionais.

Certificação de despesa - 65: No âmbito dos artigos 9º e 10º do Regulamento (CE) n.º 438/2001 da Comissão, de 2 de Março, a DGDR desencadeou, em 2002, seis Auditorias de Sistema (PRODEP III, POCTI, POSI, POC, POAT e POA), que incidiram sobre despesa certificada em 2000/2001/2002, a que correspondeu a realização de testes de conformidade e substantivos junto de 40 projectos.

Foram ainda emitidas opiniões do controlo relativamente às 65 certificações intermédias de despesa apresentadas à CE. A opinião do controlo baseou-se nas 6 auditorias de sistema mencionadas anteriormente bem como nos trabalhos desenvolvidos pela IGF no âmbito do POLVT, PONORTE, POE que contemplam aspectos subjacentes às verificações sistémicas das certificações despesas.



Conciliação físico-financeira - 40: Foi efectuada a conciliação físico-financeira relativamente aos 40 projectos objecto de análise no âmbito das Auditorias de Sistema mencionadas.

Verificação de candidaturas - 0: O procedimento relativo à verificação prévia de candidaturas foi abandonado.

Controlo Cruzado - 1: De referir a realização de uma acção de controlo cruzado no âmbito do POE.

Auditoria externa - 0: Não houve necessidade de recorrer a auditores externos.

Medida 1.2 - Avaliação do QCA

Muito embora não se tenha verificado execução dos indicadores definidos em Complemento de Programação, é de salientar que o ano de 2002 foi marcado por uma intensa actividade no âmbito dos trabalhos preparatórios da avaliação intercalar, que culminou com o lançamento do estudo de avaliação intercalar do QCA III, sendo igualmente de referir o lançamento de três estudos de avaliação não obrigatória, conforme descrição respeitante à Medida 1.2 do ponto 4.1.

Medida 1.3 - Sistema de Informação

O indicador "Tempo médio de resposta do Sistema" não foi apurado para 2002 (nem em anos anteriores), uma vez que o seu cálculo obriga a uma definição prévia de opções a considerar e os utilizadores/tipo de comunicação, que permita determinar o tempo necessário à concretização de determinada instrução no SIFEC. Para o efeito deste cálculo, não será indiferente a complexidade da opção ou opções seleccionadas, a forma de acesso do utilizador ao SIFEC (por certificado ou por túnel - VPN), nem mesmo, o nº de utilizadores que estiverem simultaneamente a utilizar a mesma opção.

Por todas estas razões, e enquanto não estiverem perfeitamente estabilizados os acessos de todos os PO a SIFEC, não se afigura oportuna a definição dos critérios de cálculo, e consequentemente a determinação do valor deste indicador.

Quanto ao nº de utilizadores registados, o valor acumulado de 655, dos quais 439 foram utilizadores criados em 2002, ultrapassa de forma considerável a meta de 300, inicialmente prevista para 2006.

De notar, contudo, que neste indicador poderão estar incluídos utilizadores entretanto já desactivados a pedido das Autoridades de Gestão dos PO.

Relativamente ao tempo médio de utilização diária do SIFEC, o valor de 11 h 06 m atingido em 2002 ultrapassa significativamente a meta prevista de

4 horas por dia. A justificação para este nível de utilização do SIFEC encontra-se no facto de vários PO terem, durante o ano de 2002, procedido à recuperação, on-line, dos dados históricos respectivos. É previsível que, uma vez atingido esse objectivo, os tempos de ligação dos utilizadores para manter o nível adequado de registos em dia, seja reduzido.

Medida 1.4 - Divulgação e Publicidade

No âmbito dos três indicadores definidos para esta medida verifica-se que dois deles já foram atingidos - edição de publicações e o número de utilizadores do site.

O indicador de edição de publicações contém a edição de todos os Programas Operacionais e respectivos Complementos de Programação do QCA III, que só por si ultrapassam o número inicialmente previsto. As duas publicações editadas em 2002 são de carácter técnico - o Glossário de Termos e o Relatório Anual de Estatísticas de Utilização do Site e destinam-se a públicos restritos. Apesar de ultrapassado o número previsto este indicador não está esgotado, havendo ainda muito trabalho a desenvolver, nomeadamente em áreas específicas.

No caso do número de utilizadores do site, a situação é justificável pelo incremento da utilização da Internet e essencialmente pela boa aceitação do site junto do público, a que não é alheia a fiabilidade da informação nele contida, a sua constante actualização e reestruturação.

É de salientar que a execução de novos projectos audio-visuais está prevista para a campanha de lançamento de dados de execução do QCA, inicialmente prevista para 2002 mas que, por circunstâncias várias, deverá ocorrer apenas no 2º semestre de 2003.



4.2 - EIXO 2 – FSE

O Eixo FSE destina-se a apoiar as acções de suporte à implementação e funcionamento do QCA III, no âmbito das intervenções do FSE, assegurando ainda a implementação e funcionamento, ao longo do período de programação, dos sistemas e estruturas de coordenação, gestão, acompanhamento, avaliação, controlo e difusão da vertente FSE do QCA III, bem como a concretização dos objectivos propostos e o desempenho eficaz e eficiente das funções em causa, no respeito pelas disposições normativas comunitárias e nacionais aplicáveis.

Visa ainda contribuir para a implementação e desenvolvimento de instrumentos que melhorem a qualidade das acções cofinanciadas, que contribuam para a estruturação do sistema de formação profissional e, conseqüentemente, que reforcem o aproveitamento eficiente dos recursos disponibilizados pelo Fundo Social Europeu.

Em 2002 foram aprovadas 30 candidaturas correspondentes a uma despesa pública de 8.367 mil Euros e a uma comparticipação FSE de 6.275 mil Euros. De referir que estes valores, ao longo do ano, foram alterados substancialmente, nomeadamente por via da ocorrência de desistências e reprogramações. Esta situação será explicitada com detalhe no Cap. 5 - Execução Financeira do Programa.

Para além das aprovações formais, destacam-se seguidamente algumas das actividades que, em 2002, contribuíram para a concretização dos objectivos específicos de cada Medida e Tipologia de Projecto e conseqüentemente para a prossecução dos objectivos do QCA III, vertente FSE.

Medida 2.1 - Gestão, Acompanhamento e Controlo

No âmbito desta Medida, foram aprovados, em 2002, 5 projectos que representam uma despesa pública de 1 792 mil Euros à qual está associado um FSE de 1 344 mil Euros.

Tipologia de Projecto 1 - Funcionamento das Estruturas de Gestão, Coordenação, e Acompanhamento

No âmbito desta tipologia de projecto foram aprovados 3 projectos: Funcionamento das Estruturas de Gestão, Coordenação e Acompanhamento; Grupo de Trabalho Temático Igualdade de Oportunidades (GTT-IO); Grupo de Trabalho Temático - Recursos Humanos (GTT-RH). A despesa pública destes projectos é de 922 mil Euros, correspondente a uma comparticipação FSE de 692 mil Euros.

Os valores acima indicados representam montantes líquidos, resultantes da reprogramação do projecto do IGFSE "Funcionamento das Estruturas de Gestão, Coordenação e Acompanhamento".

As actividades decorrentes da função de coordenação, gestão e acompanhamento do QCA III, Vertente FSE, desenvolvidas em 2002, relacionaram-se com as acções de coordenação do Quadro Regulamentar aplicável à vertente FSE do QCA III; acompanhamento da execução financeira da vertente FSE dos PO's do QCA III, Gestão Financeira do FSE.

Entre as actividades desenvolvidas em 2002, no âmbito da coordenação do Quadro Regulamentar aplicável à vertente FSE do QCA III, destacam-se as seguintes:

- √ Conclusão do projecto de diploma que veio enquadrar os apoios do FSE em matéria de financiamento de Estudos, Recursos Técnico-Pedagógicos e Centros de Recursos em Conhecimento, constituindo uma peça regulamentar inovadora, que vem complementar a acção prevista no Decreto Regulamentar n.º 12-A/2000 de 15 de Setembro, mais orientado para as iniciativas de formação, tendo sido, nesta sequência publicada a Portaria nº 296/2002 de 19 de Março.

Esta iniciativa poderá ter um papel importante na mobilização de projectos relevantes na operacionalização do Plano Nacional de Emprego, permitindo incentivar e criar condições favoráveis ao financiamento de produtos que possam ser integrados nos processos formativos, estimulando metodologias de formação inovadoras, centradas em modelos de organização flexíveis.

- √ Emissão de pareceres sobre propostas de novos regulamentos específicos e/ou sobre propostas de alteração de regulamentos já em vigor, tendo sido publicados em Diário da República 12 regulamentos específicos que foram objecto de parecer do IGFSE em 2002 e finalizados 4 pareceres cuja publicação tem lugar em 2003.

De realçar a realização de 11 pareceres sobre novos regulamentos específicos, aplicáveis ao PRODEP (acção 1.4 e 2.3), POEFDS (acção 4.4, 4.2.4, 4.2.2.1, 4.2.2.2 e acção 2.2.2), vertente desconcentrada do Emprego do PORLVT (acção 3.5.4, 3.5.6, 3.5.7, 3.5.8, 3.5.9 e Regulamento da Formação a Distância) e à Iniciativa Comunitária EQUAL, e de 3 pareceres sobre alterações de regulamentos específicos em vigor aplicáveis ao POEFDS (acção 5.2.3.3) ao POE (regulamento da medida 2.3) e ao PO AGRO (regulamento da medida 7), realçando-se neste caso a inclusão no novo regulamento de normas detalhadas sobre a aplicação de regulamentos e normas comunitárias em matéria de Auxílios de Estado.

- √ Emissão de orientações técnicas aos Gestores no âmbito de problemáticas relacionadas com: elegibilidade de despesas em função da natureza, período de ocorrência e confirmação do seu pagamento; dedução de receitas, articulação entre a despesa paga pelos beneficiários finais e apuramento da execução anual; organização do processo contabilístico associado aos pedidos de financiamento e à intervenção do TOC e /ou ROC; articulação entre o sistema de financiamento e o processo de acreditação de entidades formadoras, bem como procedimentos relacionados com o cumprimento das disposições definidas em matéria de certificação de formadores e aprofundamento de temas relacionados com formação residencial, estágios, etc.



- √ Aprofundamento do estudo da temática relacionada com os Auxílios de Estado, em especial no que se refere à aplicação do regime de minimis e do regime de isenção aplicável à formação, o que teve reflexos no âmbito do Regulamento Específico da medida FSE do PO AGRO e no Regulamento Específico dirigido aos projectos de inovação organizacional apoiados pelo POEFDS.

Entre as actividades desenvolvidas em 2002, no âmbito do acompanhamento da execução financeira da vertente FSE dos PO's do QCA III, destacam-se as seguintes:

- √ Acompanhamento da execução da vertente FSE centrada na identificação dos factores condicionantes ao nível de cada um dos Programas e das suas medidas e ao nível das áreas transversais comuns à intervenção dos Programas;
- √ Análise dos relatórios de execução do ano de 2001 submetidos em Comissão de Acompanhamento de cada um dos PO's com vertente FSE;
- √ Elaboração do documento "Algumas questões face ao 1º Relatório Intercalar sobre a Coesão Económica e Social" (Março);
- √ Elaboração do documento "Contribuição face ao Relatório sobre a Coesão Económica e Social - Portugal no contexto da União Europeia, alguns indicadores" (Maio);
- √ Elaboração do documento "Organização e Implementação do FSE no QCA III 2000-2006" (Maio);
- √ Elaboração do documento "Enquadramento do FSE no QCA III: Tutela das Intervenções Operacionais e Dotação FSE" (Junho);
- √ Contributo para o Documento de Discussão da Presidência do Conselho da União Europeia para a Reunião Preparatória e para a Reunião Informal de Ministros de 11 e 13 de Julho de 2002, na Dinamarca, sobre "Quais as prioridades no âmbito dos Objectivos da Estratégia Europeia para o Emprego e da Agenda de Lisboa que deverão assumir um papel mais relevante na Política de Desenvolvimento dos Recursos Humanos, no Quadro do FSE?".
- √ Estabilização do modelo de Encontros Anuais com a Comissão Europeia, privilegiando-se a realização de uma reunião geral centrada em questões de natureza transversal comuns a todas as IO's com componente FSE e reuniões individuais com IO's que tenham questões específicas. Participação em 7 reuniões: Reunião do CQA III; PRODEP/POEFDS; PO AGRO; POE; POCTI; POSI; EQUAL.
- √ Participação em 65 reuniões de Unidades de Gestão dos PO's com componente FSE.

- √ Participação em 32 reuniões de Comissões de Acompanhamento dos PO's com componente FSE.
- √ Participação em 5 reuniões dos Grupos de Trabalho Temáticos Recursos Humanos, Igualdade de Oportunidades, Sociedade de Informação e Saúde.
- √ Participação em reuniões de grupos de trabalho que, de forma transversal, estão associados ao acompanhamento da intervenção do FSE, nomeadamente Grupo Coordenador do FORAL e Grupo Coordenador do PNE.
- √ Estruturação do painel de indicadores de Acompanhamento FSE em articulação com os Gestores com componente FSE no sentido de identificar a informação prevista recolher ao nível de cada uma das medidas/tipologias de projecto/acções tipo de cada Intervenção Operacional a partir do Modelo 7 do IGFSE - Informação sobre a execução física dos projectos financiados, e início do processo de recolha de dados físicos que permitam caracterizar a execução realizada no final dos anos de 2000 e 2001.
- √ Implementação da recolha de informação necessária à execução do PNE 2001, em articulação com a equipa responsável pela sua coordenação, ao nível da execução financeira - actividade executada em 2001 - e ao nível da quantificação de alguns indicadores relacionados com informação de natureza física associada à intervenção de algumas medidas.
- √ Participação em duas sessões de trabalho visando a apresentação genérica da estrutura global do QCA III e responsabilidades dos vários intervenientes, bem como a apresentação sumária dos princípios e regras de aplicação do FSE dirigidas à Estrutura de Apoio Técnico do PO Regional do Norte e ao INOFOR.
- √ Realização de quatro reuniões do Conselho Geral do IGFSE (Janeiro, Maio, Outubro e Dezembro).
- √ Realização de duas reuniões do Conselho de Gestores com componente FSE (Fevereiro e Maio).
- √ No âmbito da análise da conformidade dos Pedidos de Adiantamento à Gestão e dos Reembolsos foram verificados, em 2002, 1044 Modelos 6 e 2254 Modelos 6-A FSE-IGFSE (Declaração Mensal de Despesa e Pedidos de Reembolso) num total de 3298 peças documentais, tendo transitado no decurso de 2002, para a Subunidade de Tesouraria FSE 1044 processos, para os procedimentos subsequentes e conducentes ao respectivo processamento de pagamentos (FSE e OSS/CPN). Tais processos determinaram a emissão de 1074 Ordens de Pagamento (OP's) que deram origem a um valor total de pagamentos aos Gestores de 920 000 mil Euros correspondente a 9 600 mil Euros de adiantamentos e a 910 400 mil Euros de reembolsos (739 200 mil Euros/FSE; 180 900 mil Euros/OSS (CPN)).



- √ Definição e verificação de procedimentos inerentes aos processos de restituição dos apoios concedidos pelo FSE, tendo sido produzido um Manual de Procedimentos-Restituições.
- √ Durante o ano de 2002 foram recebidos 172 Modelos 9 FSE-IGFSE, referentes a verbas a recuperar pelo IGFSE no valor de 1.408 mil Euros e 47 Modelos 10 FSE-IGFSE, comunicando compensações efectuadas pelos Gestores, num valor de 524 mil Euros.
- √ Previsão e actualização das previsões orçamentais quanto a pagamentos FSE através da recolha junto de todos os Gestores das Intervenções com componente FSE das previsões dos pedidos de pagamento ao IGFSE (FSE e OSS) para 2002 e 2003, com base nas quais se consolidou as "Previsões de Pedidos de Pagamento Intermédios/FSE a apresentar à Comissão Europeia".
- √ Preparação e análise da informação inerente ao processo de articulação com a Comissão Europeia no âmbito dos pedidos de pagamentos intermédios/FSE, tendo este processo, no decurso de 2002, sido fortemente agilizado, sendo de relevar que se alcançaram prazos médios de 1,5 meses para satisfação dos pedidos formalizados.
- √ Produção e manutenção de uma "Série de Indicadores de Gestão Financeira" do FSE no QCA III que permitiu acompanhar e avaliar a execução financeira da vertente FSE do QCA III. Foram produzidos 53 pontos de situação (33 referentes às Intervenções Operacionais para as respectivas Comissões de Acompanhamento e 20 a nível global do QCA III) contendo um conjunto de mapas de apuramento de indicadores de Gestão (Orçamental e de Tesouraria) sobre as variáveis: taxas de execução global do QCA III, por Intervenção Operacional (2000, 2001 e 2002); taxas de execução por Intervenção Operacional, Eixo e Medida (2000,2001 e 2002); taxas de absorção/FSE dos compromissos(2000,2001 e 2002 - Regras n+2); Relações Financeiras com a Comissão Europeia (Pedidos/Transferências); Relações Financeiras com os Gestores da Intervenções Operacionais do QCA III (Pagamentos FSE e OSS); Situação de Tesouraria.

GTT Igualdade de Oportunidades

Tal como previsto no plano de actividades, durante o ano de 2002, deu-se início ao levantamento dos conteúdos do Programas Operacionais do QCA III e das Iniciativas Comunitárias em matéria de igualdade de oportunidades entre mulheres e homens (objectivos, medidas, indicadores, procedimentos de gestão, etc).

Para o efeito, recorreu-se a um perito qualificado e com larga experiência na temática que terá, também, a seu cargo a elaboração, em paralelo, de

um quadro de referência para o acompanhamento e subsequente recolha e tratamento da informação pertinente neste âmbito (tableau de bord).

O trabalho está em curso, tendo-se realizado uma reunião do GTT (restrito) com a perita a fim de se discutir em detalhe os objectivos do trabalho, a metodologia bem como o calendário. Prevê-se que o trabalho possa estar concluído no início de 2003. Esta expectativa pode, no entanto, vir a ser corrigida se houver dificuldade na obtenção da colaboração dos gestores dos PO's. A fim de sensibilizar os gestores para esta colaboração, a Coordenadora do GTT IO dirigiu uma carta aos gestores nesse sentido.

Estava, igualmente, previsto no plano de actividades para 2002, a realização de uma compilação dos instrumentos nacionais e comunitários em vigor na área da igualdade de oportunidades, que os gestores devessem conhecer, e que pudesse constituir um auxiliar de trabalho interessante. O objectivo final será publicar essa compilação, concebendo-a de tal forma que possa ser objecto de actualização ao longo do período de programação.

Recorreu-se, também, a um perito externo para o efeito, que apresentou uma versão experimental que foi objecto de discussão no seio do GTT (restrito). Na sequência desta reunião, a referida compilação foi revista e completada tendo sido concluída no final do ano. A sua publicação ocorrerá no início do próximo ano.

Em 30 de Setembro de 2002, realizou-se uma reunião do GTT IO (restrito) com o objectivo de apreciar os trabalhos em curso e discutir o funcionamento do GTT. Foram feitas propostas que serão submetidas ao GTT IO para apreciação, em próxima reunião.

GTT Recursos Humanos

O Grupo Temático Recursos Humanos, constituído no âmbito da Comissão de Acompanhamento do QCA III, em Novembro de 2001, foi lançado com o intuito de assegurar o acompanhamento da execução das acções previstas no quadro da referência das diferentes intervenções operacionais, com relevância em matéria de Recursos Humanos.

Uma vez definido o mandato do GTT RH e os objectivos estratégicos da sua intervenção, o ano 2002 foi centrado na apropriação dos conceitos e prioridades subjacentes às diferentes intervenções operacionais, a fim de viabilizar a construção da matriz que permitisse uma verdadeira análise transversal dos vários PO's. Assim, a actividade do ano 2002 centrou-se essencialmente, nas seguintes tarefas:

- √ Recolha, pesquisa e análise do acervo bibliográfico comunitário e nacional, incluindo os textos da decisão das diferentes intervenções operacionais que integram a valorização dos recursos humanos;
- √ Levantamento de todas as medidas das intervenções operacionais com relevância em matéria de RH;



- √ Construção de uma matriz de referência comum, que permita o lançamento e recolha de dados das várias Intervenções Operacionais.
- √ Contactos aprofundados com todos os gestores de intervenções operacionais, no sentido de validar o teor dos indicadores a aplicar na recolha da informação de suporte à realização dos relatórios de progresso e realização de reunião restrita com representantes das intervenções operacionais, com vertente FSE onde foi apresentada alguma informação cuja sistematização está a permitir testar a sua pertinência.
- √ Aprovação da matriz de referência em reunião do GTT RH, realizada em Dezembro de 2002, a qual foi estruturada da seguinte forma:
 - 1- matriz de referência, propriamente dita, concebida com o objectivo de permitir a efectiva análise transversal das várias intervenções operacionais, através da categorização dos destinatários por grupos - activos, jovens, desfavorecidos e cidadãos em geral - assim como a tipificação dos projectos por um conjunto restrito de acções tipo, tendo por base o património doutrinário e conceptual sedimentado no âmbito do QCA.
 - 2- sistematização, por intervenção operacional, de quais os eixos e medidas que serão objecto de análise do GTT RH.
 - 3- Sistematização de um conjunto de quadros onde são elencados os diversos indicadores objecto de análise, identificados com base nos complementos de programação, e que materializam os pressupostos da matriz.

Após a aprovação da matriz, e considerando a vastidão e complexidade das matérias associadas à problemática dos Recursos Humanos, o GTT acordou, ainda, em adoptar uma abordagem de pequenos passos no apuramento dos indicadores, que viabilize a sistematização de um conjunto de indicadores mínimos, progressivamente consolidados e alargados conducentes a uma monitorização alargada da evolução estratégica dos Programas. Neste sentido, todos os gestores encetaram ainda no final do ano de 2002 a recolha e sistematização da informação, a disponibilizar à coordenação do GTT RH, com vista à realização do primeiro relatório de progresso a apresentar no primeiro semestre de 2003.

Tipologia de Projecto 2 - Implementação do Sistema Nacional de Controlo - vertente FSE

No âmbito desta tipologia foram aprovados 2 projectos: Implementação do Sistema Nacional de Controlo (Vertente FSE) e Actividades de Controlo Financeiro de Alto Nível do QCA III (Vertente FSE). A despesa pública destes projectos é de 869 mil Euros, correspondente a uma participação FSE de 652 mil Euros.

Salientam-se de seguida as principais tarefas desempenhadas pelo IGFSE, enquanto entidade de 2º nível do Sistema Nacional de Controlo relativamente ao FSE.

- √ Actualização das pistas de controle das 16 Intervenções Operacionais com componente FSE.

Nos termos do art.º 5º do Reg. (CE) n.º 438/2001, de 2 de Março, foi efectuado o levantamento exaustivo dos sistemas de gestão e controlo das diferentes intervenções operacionais. Muito embora não se tenha desenvolvido em 2002 nenhuma acção específica de Auditoria de Sistemas (AS) - levantamento das estruturas de gestão e controlo implementadas pelas autoridades de gestão, e avaliá-las, segundo critérios de legalidade, regularidade, eficiência, economia, efectividade e eficácia, distinguindo as vertentes operacional, financeira e de gestão - os objectivos foram atingidos, uma vez que o formulário utilizado para efeitos de levantamento das estruturas de gestão e controlo foi aplicado no âmbito da certificação de despesas numa perspectiva de auditoria de sistemas (AUDCERT) - validação, à posteriori, da despesa apresentada pelas autoridades de gestão e já certificada à Comissão Europeia, corrigindo-a, se for caso disso, na certificação seguinte.

- √ Realização de 6 intervenções de certificação de despesa comunicada à Comissão Europeia, numa perspectiva de Auditoria de Sistemas.

Foram realizadas intervenções junto do PO AGRO, POE, PO Alentejo, PRODESA, POPRAM e POAT/FSE, tendo sido verificada a despesa enviada pelos gestores das IO's com componente FSE e averiguada a sua realização, pagamento e elegibilidade, bem como realizada a actualização do regular funcionamento das estruturas de gestão e controlo das autoridades de gestão.

- √ Realização de 9 intervenções de validação da certificação da despesa comunicada à Comissão Europeia.

Foram realizadas intervenções junto do PRODEP III, POEFDS, POCTI, POSI, PO Norte, PO Centro, PORLVT (2 acções) e PO Algarve no sentido de assegurar que o pedido de reembolso solicitado à Comissão Europeia contempla despesa efectivamente validada para garantir a fiabilidade da declaração de despesa apresentada pelo IGFSE à Comissão Europeia.

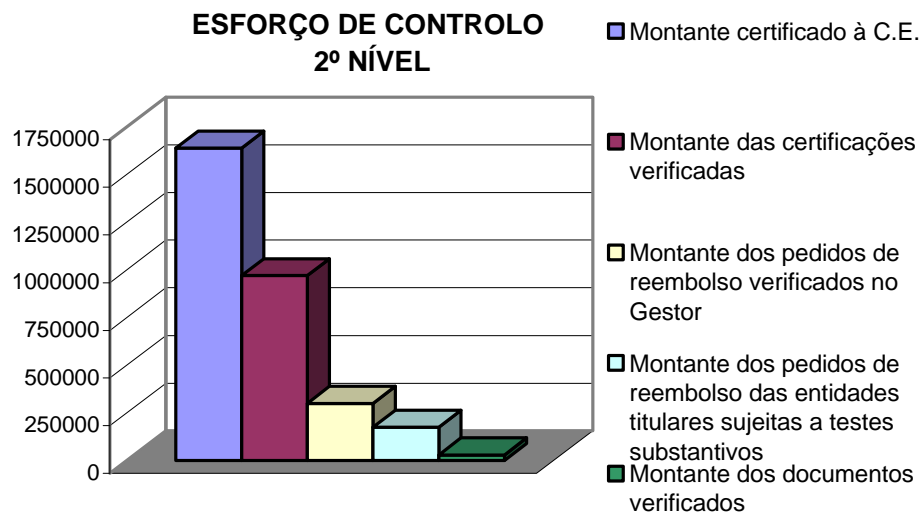
- √ Realização de 2 intervenções de validação prévia da despesa a certificar à Comissão Europeia.

Foram realizadas intervenções junto do PO AGRO e PO Alentejo no sentido de verificar a eficácia dos procedimentos das autoridades de gestão em matéria de validação de despesas, antes da certificação à Comissão Europeia, assegurando que as despesas foram incorridas dentro de período de elegibilidade e estão validamente suportadas e quitadas.

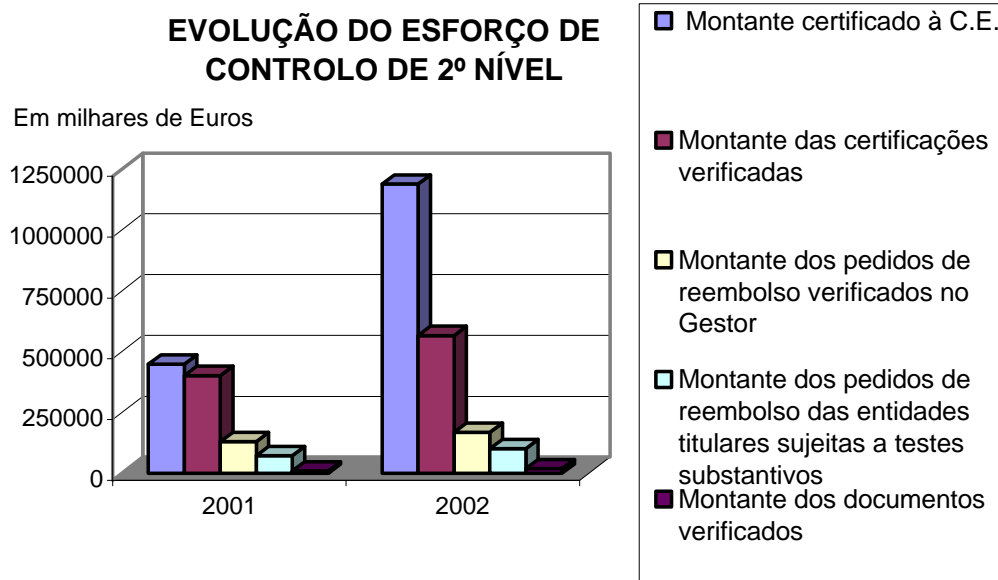
Os 4 tipos de intervenções realizadas em 2002 consubstanciaram-se, assim, em 17 intervenções, tendo sido verificada despesa num montante de 17 061 mil Euros para um montante de despesa certificada à Comissão Europeia de 1 232 195 mil Euros, junto de 88 entidades envolvendo 578 projectos.

Em 31 de Dezembro de 2002 a taxa de esforço de controlo, para efeitos do artº 10º do Reg. (CE) n.º 438/2001, situava-se em 1,67%. Se a este esforço juntarmos a contribuição do controlo de 1º nível, no mesmo período, a expressão global atinge 3,28%, facto que permite encarar com alguma tranquilidade a taxa de 5% imposta pelo citado regulamento.

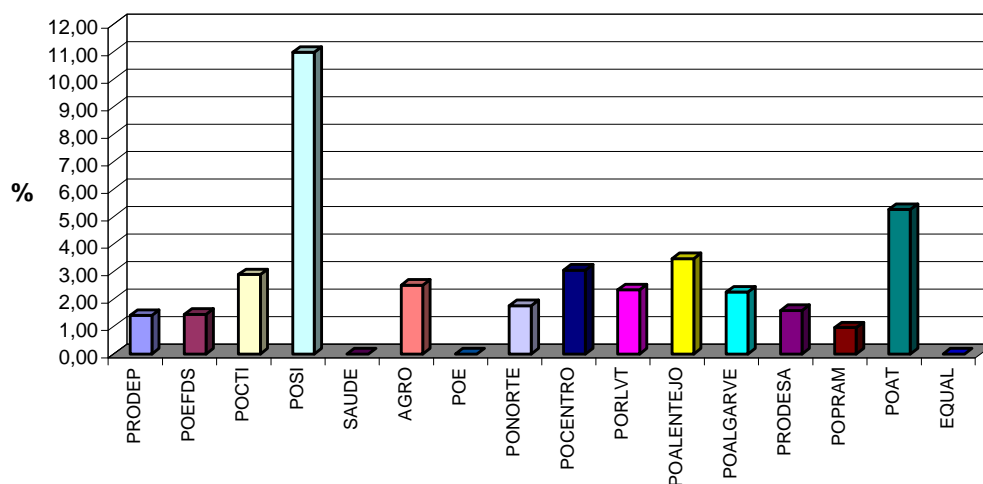
O gráfico seguinte representa o esforço global de controlo de 2º Nível:



A evolução deste esforço de 2001 para 2002 em valores absolutos foi a seguinte:



TAXA DE ESFORÇO DE CONTROLO DE 2º NÍVEL POR PROGRAMA OPERACIONAL





A expressão percentual deste esforço, repartida por Programas Operacionais, traduziu-se no seguinte:

- √ Colaboração na preparação e acompanhamento de 2 missões comunitárias da Comissão Europeia (DG Emprego e Assuntos Sociais) no âmbito de uma intervenção relativa ao sistema de gestão e controlo implementados para a gestão das formas de intervenção do QCA III, Vertente FSE (4 a 8 de Março) envolvendo o IGFSE enquanto Autoridade de Pagamento e as Autoridades de Gestão do PO AT/FSE e do POCTI, e no âmbito de uma Auditoria aos Sistemas de Gestão e Controlo do PRODEP III (7 a 11 de Outubro) envolvendo o IGFSE enquanto Autoridade de Pagamento e a Autoridade de Gestão do PRODEP III.
- √ Colaboração na preparação e acompanhamento de 2 missões comunitárias do Tribunal de Contas Europeu no contexto de uma Auditoria no âmbito de Fiabilidade das Contas (DAS) de 2001, relativa aos pagamentos QCA III do FSE (3 a 12 de Abril), envolvendo o PRODEP III, e no contexto de uma Auditoria no âmbito da declaração de Fiabilidade das Contas (DAS) de 2002, relativa aos pagamentos do QCA III do FSE, no que respeita ao PORLVT (30 de Setembro a 4 de Outubro; 18 a 29 de Novembro; 9 a 13 de Dezembro), envolvendo o IGFSE enquanto Autoridade de Pagamento e a Autoridade de Gestão do PORLVT.
- √ Assinatura de 1 Protocolo de Colaboração entre o IGFSE e a Inspeção Geral do Ministério da Segurança Social e do Trabalho (IGMSST), no respeito pelo n.º 3 da Portaria n.º 684/2001 de 5 de Julho e pelo art.º 6º do Decreto-Lei n.º 168/2001 de 25 de Maio, com vista à realização de acções de controlo de 2º Nível no âmbito do POEFDS (Setembro) e preparação de um Protocolo com a mesma entidade para realização de acções de controlo de 1º Nível no âmbito do PO AT/FSE relativamente ao beneficiário IGFSE. Actualização e harmonização dos manuais de auditoria e respectivos instrumentos de trabalho, tendo sido concebido um novo tipo de intervenção, a "Intervenção Rápida" (IR) destinada a validar a despesa declarada pelos Gestores, antes da sua certificação à Comissão Europeia e criação de um mapa adicional de informação de acompanhamento dos Modelos 6 remetidos ao IGFSE.
- √ Actualização e harmonização dos manuais de auditoria e respectivos instrumentos de trabalho, tendo sido concebido um novo tipo de intervenção, a "Intervenção Rápida" (IR) destinada a validar a despesa declarada pelos gestores, antes da sua certificação à Comissão Europeia e criação de um mapa adicional de informação de acompanhamento dos Modelos 6 remetidos ao IGFSE.
- √ Elaboração de um manual sobre as irregularidades comunicáveis em fase de consulta interna em finais de 2002.
- √ Participação nas reuniões trimestrais do Sistema Nacional de Controlo (SNC), colaborando em matérias da sua competência.

Salientam-se, de seguida, as principais tarefas desempenhadas pela Inspeção Geral de Finanças, enquanto entidade de Alto Nível do Sistema Nacional de Controlo relativamente ao FSE.

- √ Realização de 1 Auditoria Externa no PORA, envolvendo o controlo de 8 projectos, num total de investimento realizado de 8.244 mil Euros, e num valor auditado de 58.4 mil Euros.
- √ Realização de 1 Auditoria Externa no PRODESA, envolvendo o controlo de 6 projectos, num total de investimento realizado de 35.063 mil Euros, e num valor auditado de 5.946 mil Euros.

Medida 2.2 - Avaliação

No âmbito desta Medida não houve aprovações formais de projectos em 2002, no entanto desenvolveram-se acções no âmbito das atribuições do IGFSE nesta matéria.

Salientam-se de seguida as principais tarefas desempenhadas pelo IGFSE, no âmbito da avaliação, que se centraram na colaboração com as autoridades competentes no processo de avaliação intercalar, na sequência do trabalho iniciado em 2001 e no desenvolvimento de uma função de avaliação transversal e abrangente da Vertente FSE do QCA III.

- √ Participação em 3 reuniões promovidas pela CE/DG Emprego (Unidade de Avaliação), para discussão e divulgação de documentos de orientação da avaliação intercalar;
- √ Participação nas reuniões dos Grupos de Avaliação de cada Intervenção operacional num total de 15 reuniões;
- √ Análise e parecer sobre os Cadernos de Encargos e Programas dos Concursos relativos à adjudicação dos trabalhos de avaliação intercalar de cada Intervenção Operacional e da Iniciativa Comunitária EQUAL;
- √ Elaboração de um documento de referência técnico, contendo um conjunto de orientações para uma abordagem transversal e comum a todas as Intervenções Operacionais, no que se refere à avaliação intercalar das Medidas com cofinanciamento do FSE;
- √ Apoio ao Júri do concurso de avaliação do QCA III na análise das propostas apresentadas;
- √ Elaboração de um documento de enquadramento do Sistema de Observação e de Avaliação (on-going) da vertente FSE, reflectindo os objectivos genéricos do Sistema de Observação e as actividades a desenvolver, com vista à implementação de uma estratégia de avaliação própria transversal e abrangente para o FSE, a implementar a partir de 2003, paralela à avaliação intercalar, e que articulará com a estratégia de observação e avaliação do QCA, fornecendo inputs para a mesma, estruturado em quatro áreas de intervenção:



- Implementação da Avaliação de Qualidade e Adequação dos Sistemas de Gestão e de Acompanhamento do FSE;
 - Desenvolvimento de actividades específicas de avaliação da eficácia, efeitos e impactos do FSE em domínios temáticos relacionados com a Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens e a Dimensão Social e Laboral da Sociedade da Informação;
 - Desenvolvimento de actividades específicas de avaliação de resultados, em matéria de eficácia dos projectos cofinanciados pelo FSE, e identificação de "Boas Práticas";
 - Desenvolvimento de actividades específicas de avaliação do Impacto do FSE em termos de inserção/empregabilidade dos destinatários finais.
- √ Elaboração de um documento técnico que define as linhas de orientação do estudo a desenvolver centrado na avaliação da problemática da qualidade e adequação dos Sistemas de Gestão e Acompanhamento do FSE, o qual tem por objectivo melhorar a qualidade e adequação da regulamentação do FSE, através do diagnóstico dos respectivos pontos fortes e fracos, proporcionando uma oportunidade para identificar necessidades de reorientação.

Medida 2.3 - Sistema de Informação da vertente FSE

No âmbito desta Medida foi aprovado 1 projecto que representa uma despesa pública de 1 855 mil Euros e uma comparticipação FSE de 1 391 mil Euros. Os valores anteriormente indicados representam montantes líquidos, resultantes de uma reprogramação do projecto do IGFSE "Sistema de Informação da Vertente FSE".

Salientam-se de seguida as principais tarefas desempenhadas no sentido de aperfeiçoar e desenvolver o Sistema Integrado de Informação do FSE (SIIFSE) que permita, para além de um maior rigor na execução, acompanhamento, controlo e avaliação do QCA III, a criação, através de um sistema informático de apoio à decisão, de mecanismos de acompanhamento das diversas intervenções operacionais mediante a disponibilização de indicadores físicos e financeiros, durante o ano de 2002.

- √ Criação de mecanismos para a integração dos Gestores não integrados.

A par da conclusão da integração da Iniciativa Comunitária EQUAL e da Intervenção Operacional do PRODEP III, foram desenvolvidas etapas para acolher mais 8 Intervenções Operacionais: os 5 Programas Regionais do Continente, o PRODESA e PO AT/FSE.

Tendo em vista a integração dos Gestores no SIIFSE, para além dos protocolos já assinados com os Gestores Integrados, foram assinados Protocolos de integração com o POEFDS, POSI, Intervenções Operacionais Regionais do Centro, Lisboa e Vale do Tejo e Alentejo.

Tendo em conta os mecanismos criados, foi ainda possível não só integrar as Intervenções Operacionais Regionais do Continente, por via da medida desconcentrada do ensino profissional, como também prepara a integração do PO AT/FSE.

Foram realizadas algumas sessões de trabalho com o POEFDS, tendo em vista a sua integração no Sistema.

Foi disponibilizado aos Gestores, com componente FSE, um ambiente de demonstração do SIIFSE com vista a dar a conhecer as suas potencialidades.

√ Acompanhamento dos Gestores Integrados

Tendo em vista dotar os Gestores Integrados de uma maior capacidade de resposta para as suas solicitações, nomeadamente no que concerne à formação dos seus promotores e à possibilidade de efectuar testes a novas funcionalidades antes destas passarem a exploração, foi efectuada a reestruturação da arquitectura física do SIIFSE, permitindo que este esteja disponível em cinco ambientes: desenvolvimento (destinado à construção e testes das aplicações e novas funcionalidades); testes funcionais e de aceitação (dedicado à validação e aceitação pelos clientes de cada nova versão); pré-produção (dirigido para os testes de desenvolvimento e de arquitectura técnica); produção (ambiente de exploração); demonstração e formação (vacionado para a formação de utilizadores e para a demonstração de potenciais utilizadores). Os ambientes de produção, testes funcionais e de aceitação, demonstração e formação encontram-se acessíveis através da Internet.

√ Estabilização da versão base do SIIFSE, através da inclusão de novas funcionalidades relacionadas com: inclusão de um módulo de controlo de projectos, abrangendo o controlo de projectos efectuados pelos 1º e 2º níveis; introdução de um formulário electrónico que permite a recolha de informação sobre a execução física da vertente FSE do QCA - Modelo 7 IGFSE; incorporação de uma funcionalidade que permite aos Gestores Integrados gerir o ciclo de vida dos projectos de assistência técnica, desde a candidatura até ao encerramento, com a apresentação do saldo; construção de uma solução que permite a cada Gestor a parametrização do perfil do seu "promotor", em alternativa a uma cenário de perfil único, dada a inexistência de uniformização entre os Gestores.

√ Consolidação e arranque do módulo do *Data Warehouse*

Com a finalização dos testes ao desenvolvimento do formulário de recolha de informação física - Modelo 7 IGFSE, foi possível proceder à construção final do *Data Warehouse*.

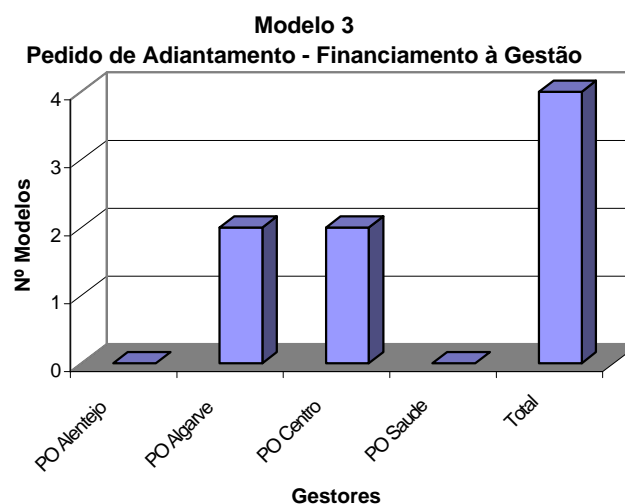
O Sistema de Apoio à Decisão caracteriza-se por ser uma base de dados histórica de informação integrada e de ferramentas específicas para a produção e exploração de indicadores físicos e financeiros indispensáveis à análise, monitorização e decisão dos vários agentes envolvidos na gestão do FSE, através de relatórios baseados em indicadores, nomeadamente: Indicadores dos Complementos de Programação dos PO's; Indicadores para atribuição das Reservas de Eficiência e de Programação; Indicadores específicos produzidos por gestores integrados; Indicadores agregados, físicos e financeiros, previamente sistematizados pelo IGFSE; Indicadores de alto nível relativos ao QCA III e Indicadores de Gestão de PO's.

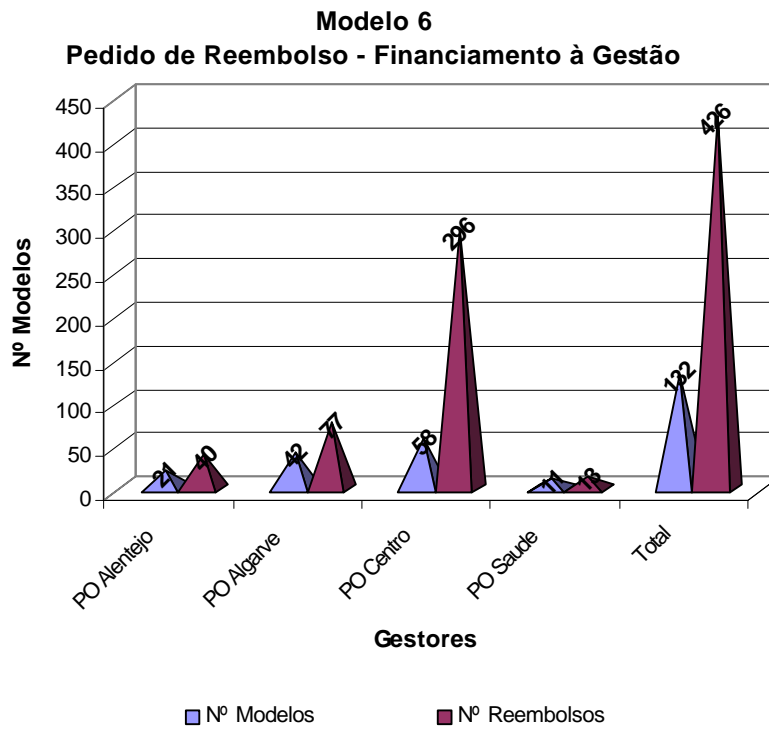
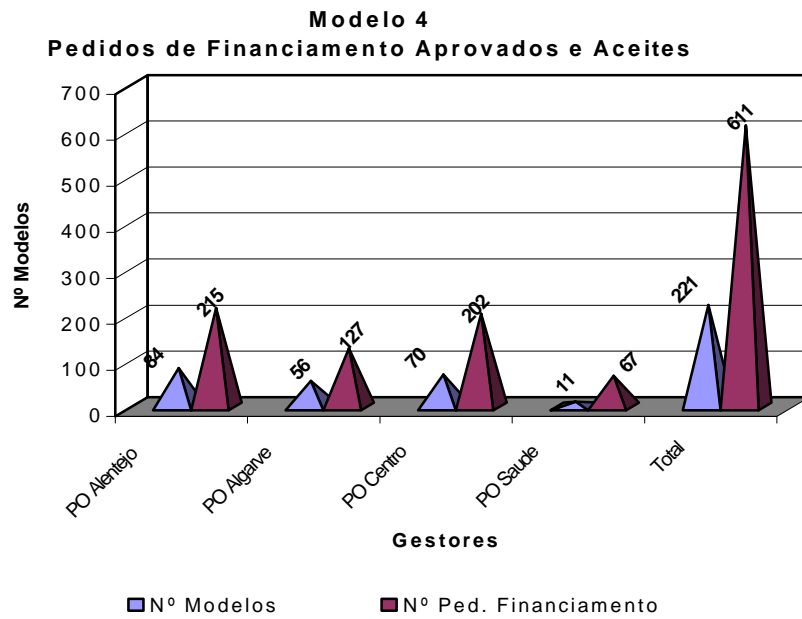
- √ Foram realizadas tarefas relacionadas com o controlo da garantia da qualidade da informação e dos dados, coerência e actualização da informação do SIIFSE, nas bases de dados, sistema operacional e sistema de apoio à decisão.

- √ Apoio à recuperação de informação inserida nos modelos "IGFSE"

Foi dada prioridade à recuperação de informação submetida pelas autoridades de gestão das Intervenções Operacionais Regionais. Foi recuperada toda a informação "histórica" inscrita nos modelos de recolha de informação do IGFSE/FSE das Intervenções Operacionais Regionais do Centro e do Algarve e da Intervenção Operacional da Saúde. Foi também recolhida parte da informação "histórica" inscrita da Intervenção Operacional Regional do Alentejo.

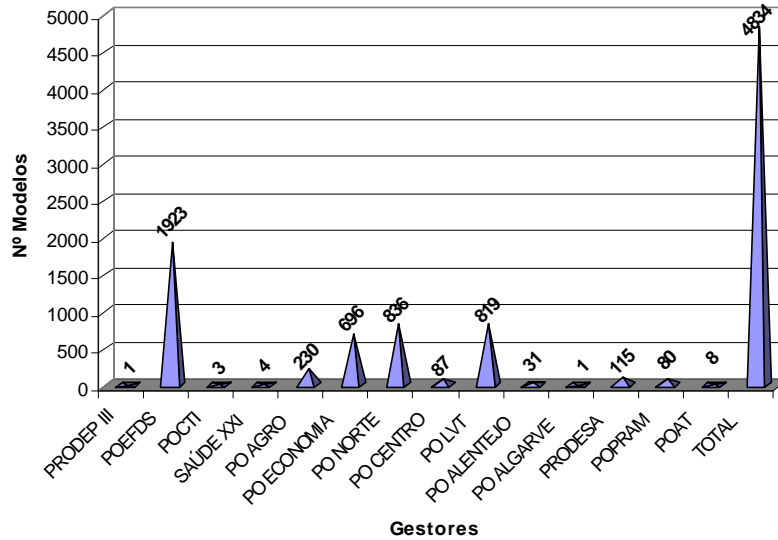
Foram recuperados cerca de 618 modelos de Recolha Financeiros, como se identifica nos quadros seguintes:



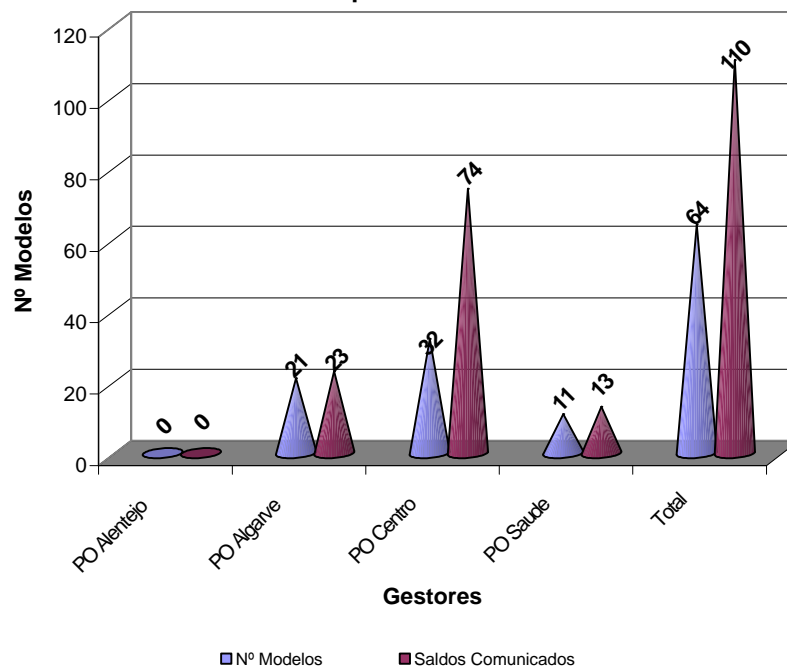


Em relação à recuperação dos modelos de Pedidos de Informação sobre Idoneidade e Dívida (Modelo 2), foi elaborado um Manual de Procedimentos para registo de entidades no SIIFSE e atribuição dos códigos de idoneidade e dívida às entidades titulares de pedidos de financiamento. Foram recuperados cerca de 4834 modelos.

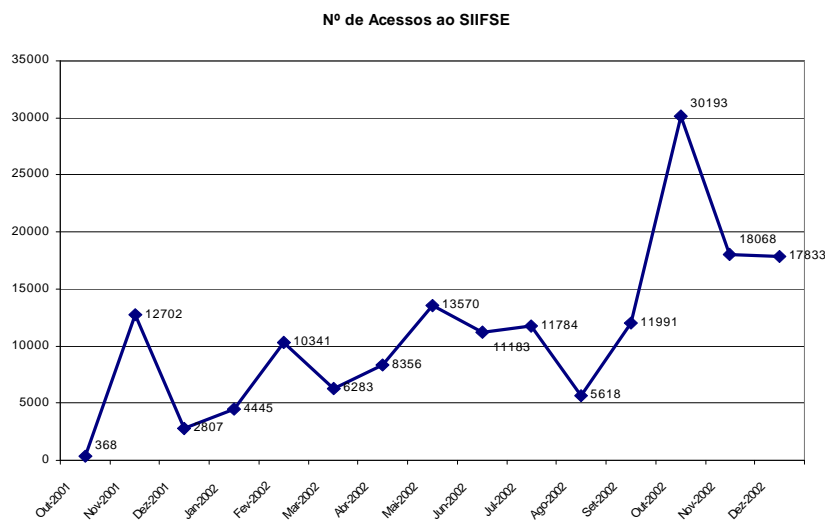
Modelos 2
Pedido de Informação Sobre Entidade Titular do Pedido no Âmbito do FSE



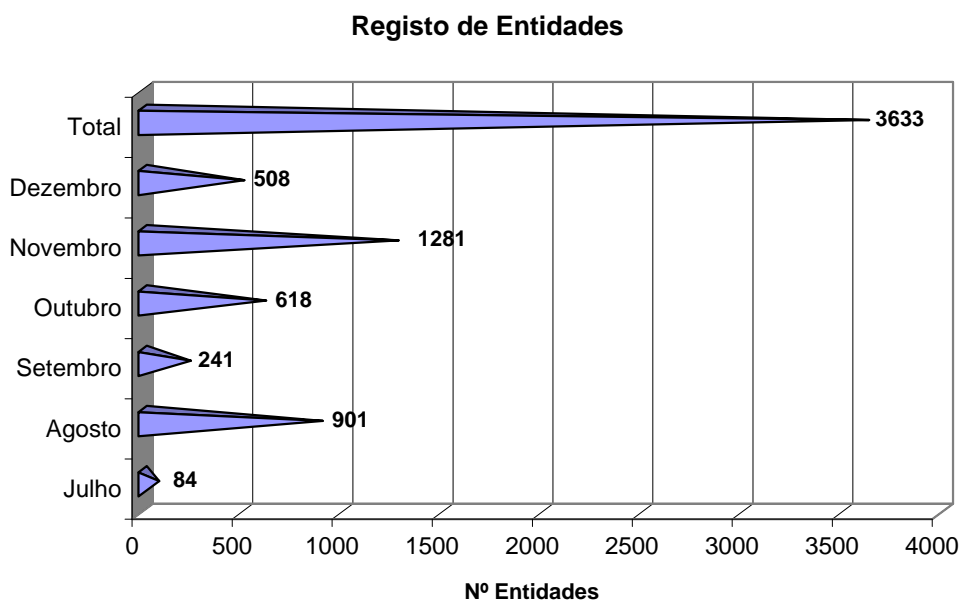
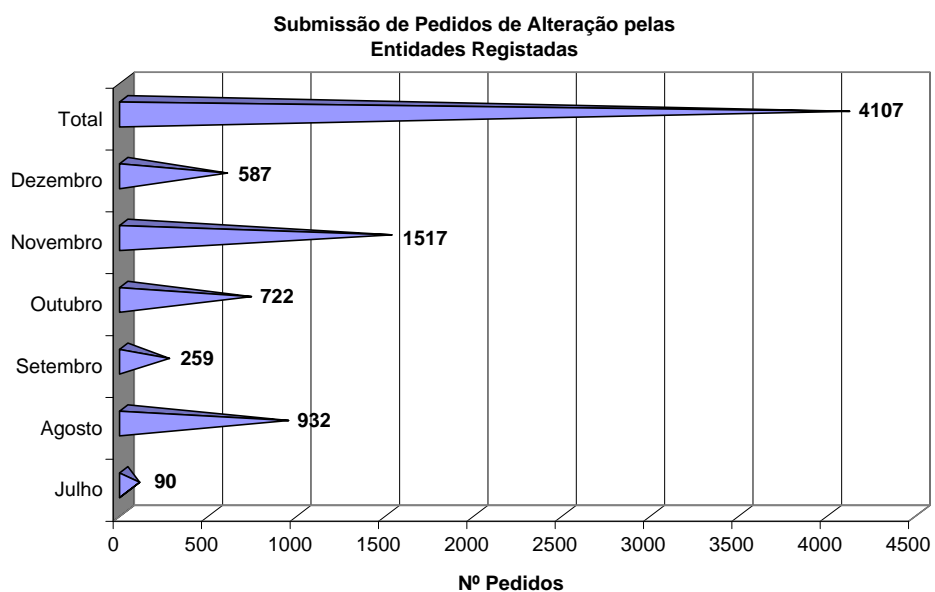
Modelo 8
Valores Acumulados Aprovados em Saldo no Ano



- ✓ Aumento significativo do número de utilizadores com acesso ao SIIFSE, como consequência do trabalho realizado, passando de 1142 em Janeiro para 6451 em Dezembro.
- ✓ Incremento do número de acessos ao SIIFSE ("logins" efectuados), em cerca de 42%, em período de candidaturas ao Gestor PRODEP III (Novembro de 2001 - Outubro de 2002).



- ✓ Foram realizadas reuniões bilaterais com todos os Gestores das Intervenções Operacionais com vertente FSE, no início do ano de 2002, com o objectivo de divulgar o SIIFSE e foi, ainda, assegurada a presença em várias reuniões internas e externas (2 reuniões com a equipe técnica do FORAL e 3 reuniões com o Gestor do POEFDS).
- ✓ Participação num seminário sobre e-government, promovido pelo INA, no qual, para além de uma sessão de divulgação do SIIFSE, foi demonstrada a nova funcionalidade Múltiplos Perfis Promotor.
- ✓ Realização de sessões de trabalho com todos os Gestores Integrados relativos à disponibilização das novas funcionalidades do Controlo e Assistência Técnica.
- ✓ Durante o segundo semestre foi assumida a tarefa de gestão do registo de entidades promotoras e aprovação de pedidos de alterações (imagens pendentes) das entidades registadas no SIIFSE, tendo sido possível activar (aceitar o registo proveniente da entidade) de cerca de 3633 entidades (novos utilizadores) e aprovar cerca de 4107 pedidos de alterações aos dados que caracterizam as entidades que se encontram registadas no SIIFSE.



Medida 2.4 - Divulgação e Publicidade

No âmbito desta Medida foram aprovados 5 projectos que totalizam uma despesa pública de 521 mil Euros e uma comparticipação FSE de 391 mil Euros. As acções realizadas em 2002 seguiram os objectivos previstos no Plano de Comunicação do FSE, e assumiram um carácter transversal a todo o "universo Fundo Social Europeu", na área da Informação e Comunicação, tendo em vista os diferentes públicos-alvo.

Tipologia de Projecto 1 - Publicações

No âmbito desta tipologia de projecto foram aprovados 3 projectos. A despesa pública destes projectos é de 317 mil Euros, correspondente a uma comparticipação FSE de 238 mil Euros. Os valores indicados representam montantes líquidos, resultantes das reprogramações dos projectos do DEPP Preparação técnica e publicação da Revista Sociedade e Trabalho e dos Cadernos Sociedade e Trabalho e concepção, desenvolvimento e publicação da Colecção Cogitum - Estudos e Documentos.

Tipologia de Projecto 2 - Acções de informação

No âmbito desta tipologia de projecto foi aprovado 1 projecto. A despesa pública deste projecto é de 41 mil Euros, correspondente a uma comparticipação FSE de 31 mil Euros.

Tipologia de Projecto 3 - Promoção da imagem FSE

No âmbito desta tipologia de projecto foi aprovado 1 projecto. A despesa pública deste projecto é de 163 mil Euros, correspondente a uma comparticipação FSE de 123 mil Euros.

Estas acções são descritas com detalhe no Relatório de Execução do Plano de Comunicação para o QCA III (anexo 11).

Medida 2.5 - Melhoria da qualidade e consistência do Sistema de Formação Profissional

No âmbito desta Medida, foram aprovados, em 2002, 19 projectos que representam uma despesa pública de 2 789 mil Euros à qual está associado um FSE de 2 091 mil Euros.

Tipologia de Projecto 1 - Estudos de impacto em relação ao mercado de trabalho, PNE e Estratégia Europeia para o Emprego

No âmbito desta tipologia de projecto foram aprovados 15 projectos. A despesa pública destes projectos é de 2 137 mil Euros, correspondente a uma comparticipação FSE de 1 602 mil Euros.

Os valores acima indicados representam montantes líquidos, resultantes da desistência de 6 projectos por parte dos beneficiários Departamento de



Estudos, Prospectiva e Planeamento (DEPP): Medidas de Pobreza e Exclusão Social, Programa de Estudos e Seminários e Estudo Longitudinal sobre os Trabalhadores com Contratos a Prazo; ex - Direcção Geral do Emprego e da Formação Profissional (DGEFP): Projecto-piloto: inserção/sociedade de informação, Fundamentação de Medidas de Políticas de Emprego e Formação Profissional e A Qualidade no Emprego e na Formação Profissional; e da reprogramação do projecto do DEPP Estudo para o conhecimento da evolução das determinantes da produtividade do trabalho em Portugal.

Apresenta-se, de seguida, uma caracterização dos projectos desenvolvidos em 2002.

- Estudos Sectoriais Prospectivos, Identificação de Perfis Profissionais e Necessidades de Formação - Instituto para a Inovação na Formação (INOFOR)

No âmbito deste projecto foram concluídos, publicados e divulgados estudos sectoriais relativos aos sectores da agricultura, energia e vidro, bem como um estudo sobre Redes Inter-organizacionais.

Foram lançados estudos sectoriais relativos ao turismo; ambiente; actividades artísticas, culturais e de espectáculo; actividades artesanais; conservação e restauro; indústria de papel e artes gráficas; indústria de equipamento eléctrico e electrónico e actividades desportivas.

Foram lançados quatro novos estudos de domínios profissionais transversais, no âmbito da logística; gestão de recursos humanos; higiene, saúde e segurança no trabalho e área administrativa e financeira.

Foram, ainda, realizados seminários de divulgação dos estudos.

- Sistema de Observação de Percursos de Inserção de Diplomados do Ensino Superior (INOFOR)

No âmbito deste projecto foram publicados os resultados do Inquérito de Percurso aos Diplomados do Ensino Superior realizado em 2001, bem como o respectivo Manual Metodológico. Foi, ainda, realizada uma conferência de imprensa e um seminário para divulgação do projecto.

- Indicadores sobre Empreendedorismo e Inovação - Ex - Departamento de Estatística do Trabalho, Emprego e Formação Profissional (DETEFP)

No âmbito deste projecto foi realizado um estudo com a preocupação de medir o nível das características da iniciativa empresarial criada e, face à vantagem de dispor de informação que permita identificar a trajectória dos promotores anterior à formação da iniciativa, que pretende estudar alguns dos factores que poderão condicionar os níveis e tipos de iniciativas criadas.

Tendo como ponto de partida a mediação do empreendedorismo, através do fenómeno de criação de novas empresas, o estudo aborda: avaliação da dimensão do fenómeno da iniciativa empresarial e das suas principais características; perfil dos promotores das iniciativas empresariais;

sobrevivência da iniciativa empresarial; determinantes da iniciativa empresarial e avança com pistas para futuros trabalhos sobre indicadores de empreendedorismo e inovação. Foi, também, realizada uma sessão/seminário de apresentação de resultados.

- Qualificações dos Trabalhadores Portugueses (Ex - DETEFP)

No âmbito deste projecto foi realizado um estudo sobre as qualificações dos trabalhadores portugueses, sendo analisado, nomeadamente, os padrões de evolução das qualificações, a qualificação da força de trabalho e o desenvolvimento da empresa, a questão da qualificação, mobilidade e salário, as qualificações e trajectórias dos trabalhadores e os ajustamentos da força de trabalho das empresas/estabelecimentos e qualificação dos trabalhadores. As diferentes dimensões deste estudo visam analisar a dinâmica das qualificações e a sua relação com outros aspectos do ajustamento do mercado de trabalho.

Foi, ainda, realizada uma sessão/seminário de apresentação de resultados.

- Estudo sobre a Demografia de Estabelecimentos (Ex - DETEFP)

No âmbito deste projecto foi realizado um estudo empírico sobre a criação e crescimento das empresas e dos estabelecimentos, analisando-se, tomando como horizonte a década de 90, um conjunto de factos estilizados sobre a dinâmica empresarial, tanto no que se refere à criação e encerramento de empresas ou estabelecimentos bem como ao crescimento empresarial. O estudo aborda as seguintes questões: análise da estrutura e densidade empresarial, por região, sector e escalões de dimensão; análise da especialização sectorial das regiões; identificação de regiões convergentes e regiões divergentes; análise da entrada e saída empresarial por sector, região e escalões de dimensão; análise da mobilidade dimensional das empresas/estabelecimentos permanentes, por sector e região e análise da dinâmica empresarial e dinâmica de emprego. O estudo pretende, ainda, demonstrar as potencialidades do Sistema de Informação Longitudinal de Acompanhamento das Trajectórias de Empresas e Estabelecimentos (SILATEE) na observação de um conjunto integrado de fenómenos que contribuem para a caracterização do tecido empresarial.

Teve, também, lugar uma sessão/seminário de apresentação dos resultados.

- Estudo para o Conhecimento da Evolução das Determinantes da Produtividade do Trabalho em Portugal - Departamento de Estudos, Prospectiva e Planeamento (DEPP)

No âmbito deste projecto foi realizado um estudo denominado "Produtividade do Trabalho em Portugal - Uma Aproximação a Nível Sectorial". Este estudo faz uma análise das mudanças no nível e evolução da produtividade do trabalho em Portugal, nos últimos 15 anos, a nível global e sectorial; analisa em que medida a evolução da produtividade a nível do conjunto da economia foi influenciada pelas alterações do tecido produtivo; caracteriza os vários sectores de actividade em termos de nível de habilitações e qualificações



bem como a dinâmica habilitacional/qualificacional das actividades mais e menos dinâmicas em termos de produtividade; analisa que interligações existem entre o dinamismo sectorial em termos de produtividade, alterações no tecido produtivo, habilitações/qualificações e investimento em capital físico.

- Contributos para um Modelo de Análise dos Impactos das Intervenções do FSE no Domínio das Pessoas com Deficiência - Centro de Reabilitação Profissional de Gaia (CRPG)

No âmbito deste projecto foi construído um modelo de análise sobre os impactos das intervenções co-financiadas pelo FSE - abrangendo os 15 anos da sua existência - no domínio das pessoas com deficiência em Portugal assente em três dimensões fundamentais: as pessoas com deficiência, as organizações intervenientes e o sistema de reabilitação profissional. Cada uma destas dimensões encontra-se operacionalmente dividida em sub-dimensões, às quais correspondem diversas variáveis, agrupando estas um conjunto de indicadores. Este modelo de análise foi validado no âmbito de um Grupo de Acompanhamento do projecto composto pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP); Conselho Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência (CNRIPD); FENACERCI, FORMEM e Gabinete Equal.

- Publicação da versão em Língua Portuguesa e na Língua Inglesa do Plano Nacional de Acção para a Inclusão - Ex- Instituto para o Desenvolvimento Social (IDS)

No âmbito deste projecto foram publicados 500 exemplares na língua inglesa e 3000 exemplares na língua portuguesa do Plano Nacional de Acção para a Inclusão 2001-2003 com o objectivo de divulgação junto de parceiros nacionais e da UE.

- Avaliação dos Impactos do Rendimento Mínimo Garantido (RMG) - Os Beneficiários do RMG: Síntese e Recomendações - Ex- Instituto para o Desenvolvimento Social (IDS)

No âmbito deste projecto foi realizada a publicação e divulgação de 500 exemplares do Estudo "Avaliação dos Impactes do Rendimento Mínimo Garantido - Os Beneficiários do RMG: Síntese e Recomendações, na língua inglesa, junto dos parceiros da UE com o intuito de contribuir para o aprofundar do conhecimento dos mecanismos produtores de pobreza e exclusão social em Portugal de forma a adequar este e outros programas de política social aos contextos e problemas identificados, bem como sinalizar as potencialidades e constrangimentos da medida.

Tipologia de Projecto 2 - Sistema de formação profissional

No âmbito desta tipologia de projecto foram aprovados 4 projectos. A despesa pública destes projectos é de 652 mil Euros, correspondente a uma comparticipação FSE de 489 mil Euros.

Os valores acima indicados representam montantes líquidos, resultantes das reprogramações dos projectos do INOFOR Sistema de Formação/Inovação e Reforço da Qualidade - Centro de Recursos em Conhecimento e Formação à Distância e E-Learning.

- Acreditação de Entidades Formadoras (INOFOR)

No âmbito deste projecto foram realizadas várias acções directamente ligadas à melhoria contínua do sistema: eventos de divulgação (que abrangeram cerca de 1000 participantes), revisão e concepção de um novo referencial (Standard), do Regulamento de Acreditação, elaboração de um estudo relativo à distribuição da oferta por áreas de formação e respectiva divulgação, e publicação de um novo Guia que inclui o Standard e o Regulamento.

Foram realizados 424 acompanhamentos. Foram efectuadas auscultações a formandos e formadores de 62 entidades acreditadas e foram realizados 4 eventos de divulgação pública. O Sistema de Acreditação analisou e decidiu cerca de 1122 candidaturas (entre renovações e primeiras acreditações). Os atendimentos prestados pelo serviço criado para o efeito cresceram 285% (1213 atendimentos).

- Sistema de Formação/Inovação e Reforço da Qualidade - Centro de Recursos em Conhecimento (INOFOR)

Em 31 de Dezembro de 2002, o Centro de Recursos em Conhecimento (CRC) contava com um total de 628 clientes inscritos, tendo-se verificado em 2002 um aumento de 49,7% do número de novos clientes (312).

Uma análise dos serviços e produtos disponibilizados aos clientes permite aferir que foram consultados 5704 recursos: 33% (1834) recursos em papel; 67% (3870) documentos electrónicos consultados nas bases de dados especializadas internacionais da Proquest (2854) e Emerald (1016), resultantes de 2158 sessões de consulta.

Registou-se, em 2002, 4462 empréstimos, o que significa um aumento de 63,1% em relação ao número de empréstimos em 2001. O serviço de empréstimo foi utilizado por 387 clientes, o que evidencia um aumento de 77,6% relativamente a 2001. Registaram-se 5 pedidos de empréstimo inter-bibliotecas/CRC respondidos positivamente. O total de atendimentos registados, geral e aconselhamento/consultoria foram 738, sendo que de entre estes 154 foram específicos no âmbito do aconselhamento/consultoria.

Foram adquiridos e disponibilizados, em 2002, 1887 novos recursos. Foi efectuado o tratamento documental de monografias, periódicos e recursos técnico-pedagógicos seleccionados no âmbito da RTP em vários suportes. Em 31 de Dezembro a base de dados FORMEI, disponível online, contava com 10656 registos bibliográficos (a base de dados teve um crescimento na ordem dos 43% em relação a 2001); neste período procedeu-se, ainda, à revisão da catalogação de cerca de 85% dos registos bibliográficos da base FORMEI, no âmbito da avaliação da qualidade da informação disponível.

Foi disponibilizado o acesso directo às bases de dados nacionais e internacionais da Proquest, Emerald, D.R., OCEDE e INE, por parte dos colaboradores do INOFOR.



Foram organizadas e/ou teve lugar a participação em 7 sessões de divulgação de serviços e produtos do CRC, com um total de 167 participantes.

No âmbito do alargamento do acesso a entidades externas, ao sistema Horizon-INOFOR e do reforço das funcionalidades disponíveis, no final de 2002, encontrava-se em fase de integração e teste as bases de dados documentais dos CRC do IDS e da Madeira, em fase de análise preliminar as bases de dados dos CRC da EPRAL, do CENCAL, da TECMINHO, do CIDES

da Secretaria Geral do Ministério da Educação. Foi, ainda disponibilizado o serviço de acesso online à base FORMEI através da Internet.

Teve lugar a produção e disseminação interna na Rede de CRC de estudos e guias de orientação, com destaque para "A aprendizagem na Rede de CRC", "Indicadores de desempenho da Rede de CRC", "Indicadores da Rede de CRC (2 vol.)", "A Qualidade na Rede de CRC (2 vol.)" e "Tratamento Preliminar de Documentos no CRC".

Foi efectuada a avaliação técnica de 46 candidaturas à Rede de CRC (incluindo a análise em local dos projectos candidatos).

Foi produzido o Guia metodológico de "Boas Práticas" em formato de papel e CD Rom, sua disponibilização online e realização de acções de disseminação junto dos CRC da Rede, onde grupos de formadores contactaram com as metodologias e instrumentos disponíveis no package.

Foi efectuada a dinamização, co-organização e participação activa em 7 eventos da Rede de CRC: CRC-EPRAL (Janeiro) - Seminário dirigido aos alunos do curso de Pós-Graduação e Mestrado em Ciências Documentais da Universidade de Évora; CRC - Associação Fernão Mendes Pinto (Junho) - Iniciativa "CRC de Portas Abertas"; CRC - CECOIA (Junho) - Divulgação local do RCRC e CRC Virtual; CRC - CENCAL (Novembro) - Jornada de Divulgação da RCRC e CRC Virtual; CRC - Associação In Loco (Novembro) - Sessão de Divulgação regional da RCRC e CRC Virtual; CRC - Associação Fernão Mendes Pinto (Dezembro) - Sessão de Informação/Formação sobre o CRC Virtual; Encontro Nacional da Rede de CRC na Casa Pia de Lisboa, que foi transmitido por vídeo. Houve, ainda, 3 sessões internas ao INOFOR de divulgação do CRC Virtual.

Foram elaborados documentos de referência e de trabalho para a Rede de CRC: Carta de Competências da Rede de CRC; Balanço de actividades da RCRC 2002 (em finalização); Plano de actividades da RCRC - 1º Semestre de 2003 (em finalização).

Foi criado e iniciada a exploração na Web do ambiente colaborativo virtual da Rede de CRC: <http://www.crcvirtual.pt>.

Foram implementadas 11 novas funcionalidades no CRC Virtual com destaque para: "meuCRC" com o perfil pessoal de cada utilizador, as suas áreas de interesse, pesquisas guardadas e obras favoritas; "agenda RCRC", que os CRC da Rede utilizam para anunciar e gerir as iniciativas que vão realizando; "fórum de discussão", estando disponíveis vários fóruns onde os utilizadores do CRC Virtual podem partilhar conhecimentos e práticas; "ranking dos conteúdos mais visitados", que compreende uma listagem com utilização

permanente que destaca os conteúdos mais populares e, por isso, considerados mais úteis pela comunidade de utilizadores do CRC Virtual.

No final de 2002 tinham sido convertidos, preparados e carregados 313 novos conteúdos, havia 1296 utilizadores registados; verificaram-se 10000 acessos e o apoio técnico à Rede de CRC, via helpdesk, efectuou cerca de 625 atendimentos.

- RIO - Rede de Inovação Organizacional - novas formas de aprendizagem e transferência de "know-how" em contextos interorganizacionais (INOFOR)

No âmbito deste projecto foram realizadas em 2002 um conjunto de acções que permitiram desenvolver e consolidar os objectivos iniciais do RIO - plataforma de aprendizagem inter-organizacional - e, paralelamente, aferir as formas de evolução da RIO para 2003, nomeadamente ao nível do seu alargamento a novos actores - empresas - e do aprofundamento de actividades em contexto de aprendizagem colaborativa. Neste sentido foram realizadas as seguintes acções: Identificação/levantamento de problemas e procura de soluções organizacionais entre as empresas RIO; encontros especializados no domínio da gestão de recursos humanos, da inovação e mudança organizacional; visitas a empresas portuguesas com práticas bem sucedidas na área da inovação organizacional; identificação/levantamento dos processos de implementação de soluções organizacionais; partilha de experiências inter-grupos de actores da rede - workshop interno de divulgação de resultados e concepção de uma plataforma de comunicação - extranet.

- Formação a distância & e-learning (INOFOR)

No âmbito deste projecto foram realizadas em 2002 as seguintes acções:

Concepção e design gráfico da Revista Semestral Nov@Formação, tendo sido publicado o número 0 em formato de papel e online.

Concepção e design gráfico da Colecção "Formação a Distância & E-learning" tendo sido publicadas as obras "Ensino a Distância e Formação Contínua - Uma análise prospectiva sobre a utilização do ensino a distância na formação profissional contínua de activos em Portugal"; "Modelos de Aprendizagem a Distância para Adultos"; "Catálogo de Recursos Técnico-Pedagógicos 2002".

Foram organizados vários workshops sobre a formação a distância e o e-learning, bem como uma Conferência Nacional sobre a Formação a Distância - Evento Nov@Formação - que compreendeu workshops temáticos, encontro de autores e uma exposição.

Foi efectuado um inquérito por questionário online a cerca de 200 entidades acreditadas sobre as suas práticas, ou não, de formação a distância e e-learning, bem como foi elaborado um questionário a enviar às entidades acreditadas com práticas de formação a distância, para efeitos de elaboração do estudo "Carta de Entidades Acreditadas com Práticas de Formação a Distância 2001/2002 - Estudo sobre o Estado da Arte em Portugal".

Finalmente, no âmbito do projecto, foi efectuada a concepção de bases de dados online, nomeadamente directório de cursos, directório de Sites, directório de eventos nacionais e internacionais, FAQ e um glossário.

4.2.1 - Indicadores do FSE: quantificação e análise por Medida e Acção

O quadro seguidamente apresentado diz respeito às acções realizadas em 2002, correspondentes aos objectivos quantificados e indicadores de acompanhamento, definidos no Complemento de Programação do PO ATQCA III.

Medida Acção	Indicadores - Complemento de Programação	Unid.	Meta 2006	2000/01	2002	Acumulado
Med.2.1 Tip.1	Reuniões de Gestão e Acompanhamento FSE ³	N.º	24	6	6	12
	Relatórios de execução FSE	N.º	6	1	1	2
	Pessoas afectas à Gestão, Coordenação e Acompanhamento ⁴	N.º	15	1/ 12	8	-
Med. 2.1 Tip.2	Levantamento prévio	N.º	14	16	0	16
	Manutenção da Pista de Auditoria	N.º	419	10	17	27
	Certificação de despesas	N.º	232	14	15	29
	Controlo cruzado	N.º	55	0	1	1
	Análises de situação	N.º	70	0	0	0
	Auditoria externa	N.º	28	0	0	0
	N.º de Projectos a controlar	N.º	-	-	592	592
N.º de Controlos a realizar	N.º	-	-	19	19	
Med. 2.2	Estudos	N.º	12	0	0	0
Med.2.3	N.º de utilizadores (promotores e gestores)	50 000	50 000	828	6451	7279
	Tempo médio de utilização Horas/Dia	Horas/Dia	4	-	-	-
Med.2.4	Publicações	N.º	33	8	18	26
	Seminários	N.º	35	10	7	17
	Consultas/Dia ao Site de Internet ⁵	N.º	20	97	200	-
	Acções de Publicidade e Sensibilização	N.º	42	7	15	22
Med.2.5 Tip.1	Estudos	N.º	15	12	13	25
Med.2.5 Tip.2	Estudos de diagnóstico e prospectiva	N.º	80	0	8	8
	Acções de acompanhamento das entidades acreditadas	N.º	-	372	424	796
	Seminários e Acções de difusão	N.º	-	5	8	13
	Outros Estudos	N.º	-	1	4	5

³ Foi efectuada uma correcção relativamente à quantificação deste indicador relativamente ao mencionado em Relatório de Exceção de 2001. Estão agora apenas contabilizadas as Reuniões de Gestores FSE e Conselhos Gerais do IGFSE entendidas como as mais significativas para caracterizar o indicador de "Reuniões de Gestão e Acompanhamento FSE".

⁴ Neste indicador estão contabilizadas apenas as pessoas que compõe a Estrutura de Apoio Técnico (EAT) do PO AT/FSE. Em 2000 existia apenas 1 pessoa; em 2001 existiram 12 pessoas e em 2002 existiram 8 pessoas. A natureza do indicador não torna pertinente a existência de informação relativa a valores acumulados.

⁵ A natureza do indicador não torna pertinente a existência de informação relativa a valores acumulados.

Medida 2.1 - Gestão, Acompanhamento e Controlo

Na quantificação do indicador "Reuniões de Gestão e Acompanhamento FSE" estão contabilizadas as reuniões de gestores com componente FSE e conselhos gerais do IGFSE. No final de 2002 foram realizadas 6 reuniões, tendo sido realizadas duas reuniões de gestores e quatro conselhos gerais.

O indicador " Relatório de Execução FSE" diz respeito ao relatório de 2002 do PO AT, feito conjuntamente pelos Eixos FEDER e FSE, de acordo com as obrigações regulamentares previstas no artº 37 do Regulamento (CE) 1260/99 do Conselho, de 21 de Junho.

O indicador "Pessoas Afectas à Gestão, Coordenação e Acompanhamento" diz respeito às pessoas que compuseram a EAT do PO AT/FSE no ano de 2002 ou durante parte desse ano.

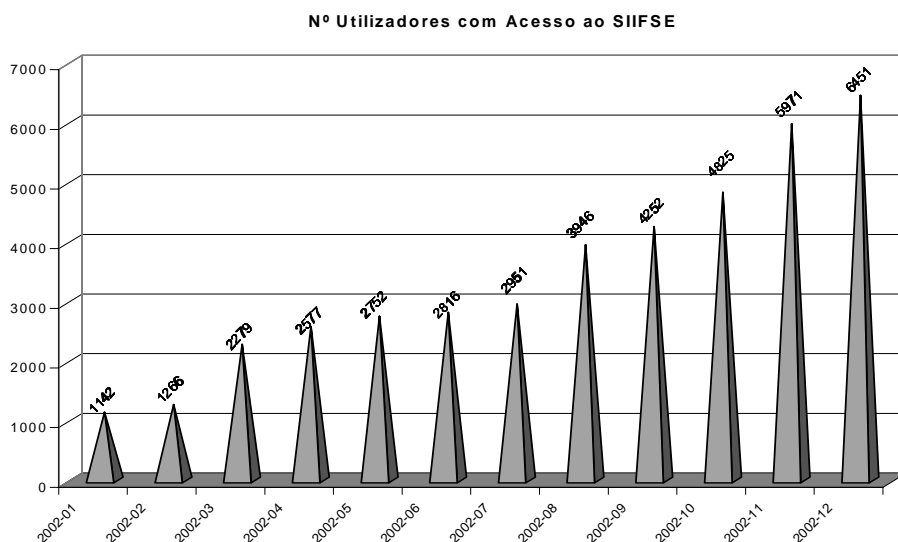
Medida 2.2 - Avaliação

Muito embora não se tenha verificado execução dos indicadores definidos em Complemento de Programação, é de salientar que o ano de 2002 foi marcado por uma intensa actividade no âmbito dos trabalhos preparatórios da avaliação intercalar, bem como na preparação de uma vertente de avaliação específica para o FSE.

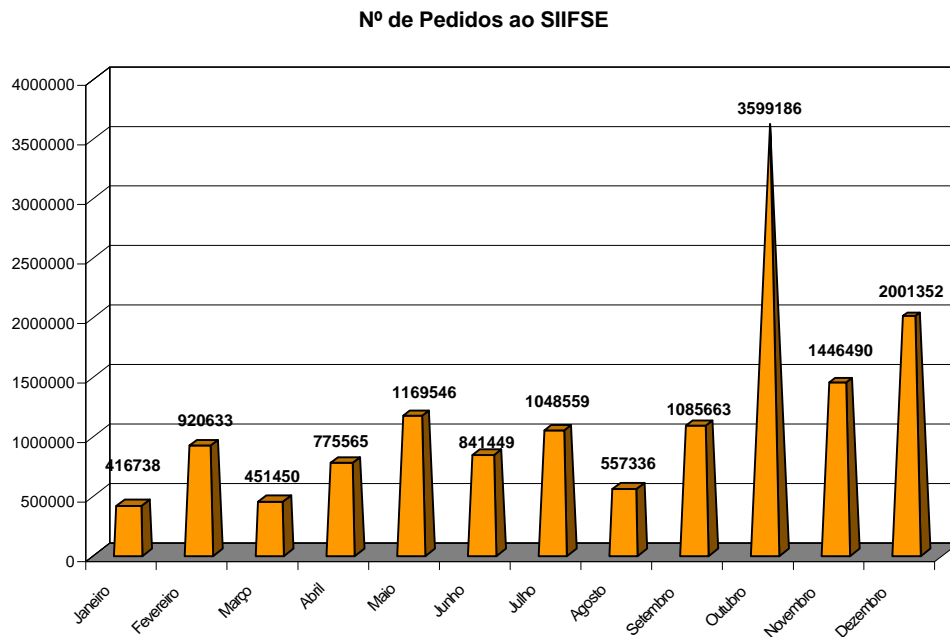
Medida 2.3 - Sistema de Informação da vertente FSE

Em 2002 continua a não ser possível estimar o indicador "tempo médio de utilização", dada a natureza da arquitectura applicacional do SIIFSE, que é do tipo "netcentric", em que o acesso pelos utilizadores se faz através do acesso interface "web".

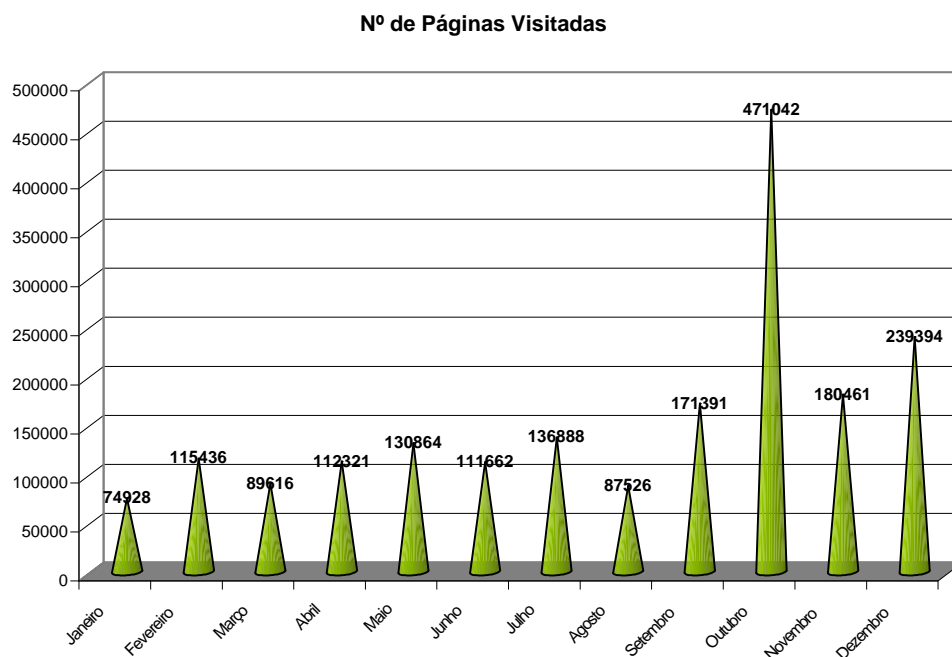
O indicador "nº de utilizadores" não nos dá o número de utilizadores que já solicitaram o registo no Sistema, mas sim o número de utilizadores para os quais já foi emitido o login e password para o acesso ao Sistema. Assim, em 2002, o número de registos no Sistema ascende a 6451.



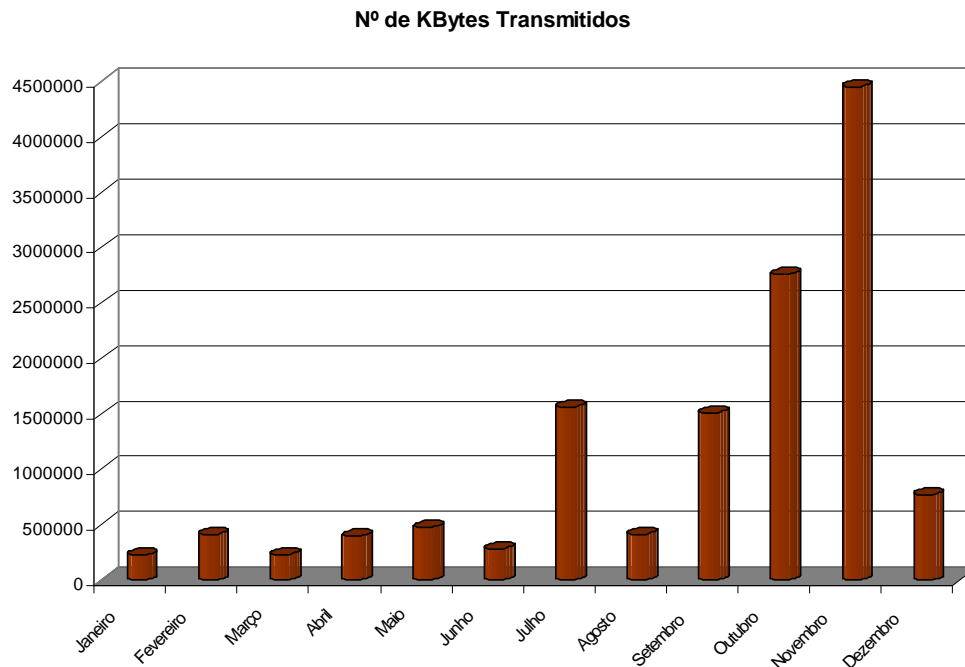
O gráfico seguinte retrata o nº de pedidos ao SIIFSE ao longo do ano de 2002. O pico registado em Outubro prende-se com o período de candidaturas ao PRODEP III.



O gráfico seguinte regista o nº de páginas visitadas ao longo do ano, sendo evidenciado o pico no mês de Outubro, pelas razões anteriormente expostas.



O gráfico seguinte evidencia o nº de Kbytes Transmitidos ao longo de 2002.



Medida 2.4 - Divulgação e Publicidade

As 7 unidades incluídas no "Indicador Seminários" dizem respeito a 4 Reuniões da Rede de Interlocutores FSE para a área da informação e comunicação (Julho; Setembro; Outubro; Dezembro), a 1 Seminário sobre Auxílios de Estado (Fevereiro); a 1 Sessão de Informação sobre os projectos enquadráveis no PO AT/FSE (Julho) e a 1 Sessão de Informação sobre o SIIFSE realizada no âmbito do Seminário E-government - Administração Pública Electrónica "A visão para 2005" (Junho).

As 200 unidades consignadas nas Consultas/dia ao Site de Internet dizem respeito a uma média calculada a partir dos valores do ano, onde se quantificaram cerca de 77 000 visitantes.

As 18 unidades consignadas no indicador Publicações dizem respeito a 4 números da INFOFSE (uma por trimestre), a 3 folhetos, sobre o Site do IGFSE; sobre o Fundo Social Europeu e o Ensino Profissional e FSE Jovem produzidos, pelo IGFSE.

Aquelas unidades dizem, ainda, respeito a 6 Publicações no âmbito da Colecção Cogitum decorrentes do Protocolo firmado entre o IGFSE e o DEPP: "Portugal 1995-2000: Perspectivas da Evolução Social"; "Avaliação do Impacto da EEE em Portugal - Políticas Activas para a Empregabilidade"; "Avaliação do Impacto da EEE em Portugal - Criação de Emprego e



Reconversão do Tecido Empresarial"; "Avaliação do Impacto da EEE em Portugal - Organização do Mercado de Trabalho"; "Avaliação do Impacto da EEE em Portugal - Estudo Económico com Aferição Qualitativa"; "Impacto da EEE em Portugal - Síntese dos Estudos de Avaliação".

Finalmente, aquelas unidades dizem respeito a 5 Publicações no âmbito da Revista "Sociedade e Trabalho" (N.º 12/13 e N.º 14/15) e dos Cadernos "Sociedade e Trabalho" (N.º 2) decorrentes do Protocolo firmado entre o IGFSE e o DEPP.

As 15 unidades consignadas no indicador Acções de Publicidade e Sensibilização dizem respeito à produção de canetas com base de papel com informação relativa a todos os PO's com componente FSE; pastas de proliopilano e de papel para documentação, blocos de folhas A4 e A5, agendas promocionais do FSE e do IGFSE e autocolantes postais do Site; publicação de encartes de publicidade institucional do FSE e do IGFSE no Guia Expresso Emprego (Outubro), no Guia DN Mil Maiores Empresas (Outubro), no DN Forum Estudante 2002 (Dezembro) no Anuário da Confederação da Indústria Portuguesa (Dezembro), e no Directório da União Europeia; participação em 3 Feiras com um Stand, nomeadamente Feira e-Government, Feira Euroformação e Feira Fórum Estudante.

Medida 2.5 - Melhoria da qualidade e consistência do Sistema de Formação Profissional

Tipologia de Projecto 1 - Estudos de Impacto em Relação ao Mercado de Trabalho, PNE e Estratégia Europeia para o Emprego

Os 13 estudos mencionados dizem respeito aos estudos publicados pelo INOFOR: "Cooperação Interorganizacional - das Trajectórias às Redes"; "Sector da Agricultura em Portugal"; "Sector do Vidro em Portugal"; "Sector da Energia em Portugal"; Estudo "Inquérito de Percurso aos Diplomados do Ensino Superior - 2001, Síntese dos Resultados";

Dizem, ainda, respeito aos estudos realizados pelo ex - DETEFP "Indicadores de Empreendedorismo e Inovação"; "Qualificações dos Trabalhadores Portugueses" e "Estudo sobre a Demografia de Estabelecimentos".

Ao estudo do CRPG "Contributos para um Modelo de Análise dos Impacto das Intervenções do FSE no Domínio das Pessoas com Deficiência em Portugal".

Ao estudo realizado pelo DEPP "Produtividade do Trabalho em Portugal - Uma aproximação a nível sectorial".

Finalmente, estão aí contempladas as publicações do ex-IDS: Programa Nacional de Acção para a Inclusão - Compromisso com a Inclusão - Compromisso para a Inclusão, Portugal 2001-2003; Commitment with Inclusion - Commitment for Inclusion - National Action Plan for Social Inclusion, Portugal 2001-2003; bem como "Impact Evaluation, Guaranteed Minimum Income, GMI Beneficiaries Synthesis and Recommendations".

De referir que embora não esteja contemplado como indicador "Seminários e Acções de Difusão" no âmbito da tipologia de projecto 1, houve vários projectos nos quais eles ocorreram, nomeadamente: Sessões de Apresentação realizadas pelo ex-DETEFP "Qualificações dos Trabalhadores Portugueses - Relatório Preliminar - Metodologias e Resultados" (Janeiro de 2003); "Estudo sobre a Demografia de Estabelecimentos - Relatório Preliminar - Metodologias e Resultados" (Novembro); "Indicadores de Empreendedorismo e Inovação - Relatório Preliminar - Metodologias e Resultados" (Janeiro de 2003).

Também o INOFOR realizou os seguintes seminários: "Sector da Energia em Portugal" (Outubro); "Sector da Agricultura em Portugal" (Novembro); workshop "Cooperação Interorganizacional - das Trajectórias às Redes (Dezembro); Conferência de imprensa com os primeiros resultados dos Diplomados do Ensino Superior do ano 94/95 (Fevereiro); Seminário "Percurso dos Diplomados do Ensino Superior" (Junho).

Tipologia de Projecto 2 - Sistema de Formação Profissional

Os 8 estudos de diagnóstico e prospectiva mencionados dizem respeito aos estudos do INOFOR "Posicionamento da oferta formativa das entidades acreditadas pelo INOFOR nas diversas áreas de formação" (documento electrónico) disponível em http://www.crcvirtual.pt/biblioteca/pos_ofer; "Classificação de áreas de formação"; ao estudo subdividido em dois relatórios "A Aprendizagem da Rede de Centros de Recursos em Conhecimento - Visão da Qualidade Realidades e Expectativas" e "Indicadores de Desempenho para a Rede de Centros de Recursos em Conhecimento - Novas Fontes de Aprendizagem"; "A Qualidade para a Rede de Centros de Recursos em Conhecimento: Realidades e Expectativas - Relatório Final"; aos estudos no âmbito da Colecção "Formação a Distância & e-Learning "Ensino a Distância e Formação Contínua - Uma análise prospectiva sobre a utilização do ensino a distância na formação profissional contínua de activos em Portugal"; Modelos de Aprendizagem a Distância para Adultos"; "Catálogo Recursos Técnico-Pedagógicos 2002" "A Evolução do e-learning em Portugal - Contexto e Perspectivas".

Adicionalmente, de referir que houve um outro estudo previsto "Formação a Distância - o Estado da Arte em Portugal" que não foi finalizado, tendo sido apenas estruturada a edição e realizado o questionário, bem como iniciado o Guia Metodológico, pelo que não está aqui quantificado.

Os 4 estudos quantificados no indicador "Outros estudos" foram produzidos pelo INOFOR e dizem respeito ao "Guia de Apoio ao Utilizador do Sistema de Acreditação"; Estudo de caso "Processos de Avaliação de Desempenho na Empresa - BALMAR - Fios, Cordoaria e Redes Lda."; Estudo de caso "Processo de Gestão de Recursos Humanos - Pioneer Technology Portugal, AS"; Estudo de caso "Processo de Melhoria Contínua - Pioneer Technology Portugal, AS".

Os 8 seminários e acções de difusão quantificados dizem respeito aos Seminários realizados pelo INOFOR: workshop "Expectativas e Rumos de



Colaboração na RIO" (Novembro) - de referir que, adicionalmente, foram realizados 15 encontros de trabalho no âmbito do RIO (Janeiro 2; Fevereiro 1; Março 1; Abril 2; Maio 2; Julho 2; Setembro 1; Outubro 2; Dezembro 1) -; às sessões de divulgação pública no âmbito do Sistema de Acreditação de Entidades Formadoras (Março 1; Junho 2 e Setembro 1); à Sessão de Divulgação "Avaliação do desempenho dos Centros de Recursos em Conhecimento da RCRC (Março); seminário "O Futuro da Rede de CRC - A Qualidade dos Serviços e Produtos na RCRC (Junho); ao seminário "EU-US Agreement on Cooperation in Science and Technology - Technology Enhanced Learning (e-learning)" (Maio); seminário europeu "E-Competências" (Junho); seminário europeu "Monitoring Developments in e-Learning: the role of indicators and observatories" (Outubro); "Evento Nov@ Formação "(Dezembro);



5. Execução Financeira do Programa

5.1 Eixo FEDER

O ano de 2002 foi marcado pelo arranque efectivo do Eixo FEDER, tendo sido aprovados 45 projectos, aos quais esteve associado um enorme esforço de regularização da despesa correspondente a actividades realizadas em 2000 e 2001. No final de 2002 a situação encontrava-se actualizada, tendo sido recuperada e traduzida em projectos praticamente toda a despesa relativa aos anos de 2000 e 2001, que ascendeu a aproximadamente 2,26 milhões de Euros.

Os montantes respeitantes às 45 candidaturas aprovadas em 2002 (Anexo 2) totalizam uma despesa pública de 7 394 mil Euros e um FEDER associado de 5 546 mil Euros, o que corresponde a uma taxa de 15% face ao programado 2000/2006 e de 31% face ao programado 2000/2002.

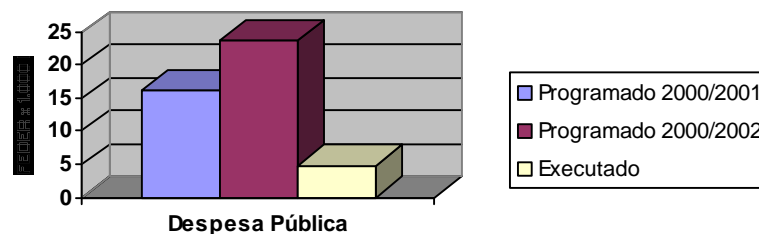
UN: 1000 euros

DESPESA PÚBLICA PROGRAMADA		APROVAÇÕES 2002				EXECUÇÃO 2000 = Acum 2000-02	% Execução face às Fracção Anual Aprovada
		Montantes Totais Aprovados (2000-06)			Fracção Anual 2002 = Acum. 2000-02		
2000/06	2000/02	DP	% face 2000/06	% face 2000/02	DP	DP	
(1)	(2)	(3)	(4)=(3)/(1)	(5)=(3)/(2)	(6)	(7)	(8)=(7)/(6)
48.524	23.626	7.394	15%	31%	5.513	4.755	86%

Uma vez que alguns dos projectos aprovados são plurianuais, é de referir o valor correspondente à fracção anual aprovada para 2002, cuja despesa pública ascende a 5 513 mil Euros e à qual está associada uma comparticipação FEDER de 4 135 mil Euros. Analisando a execução face a estes valores, verifica-se uma taxa de 86%.

A execução financeira registada a 31 de Dezembro de 2002 ascende a 4 755 mil Euros de despesa pública à qual está associado um FEDER de 3 566 mil Euros. Estes valores representam uma taxa de execução de 30% face ao programado 2000/2001 (16 025 mil €) e de 20% relativamente ao programado 2000/2002 (23 626 mil €).

Despesa Pública executada face ao Programado



No que respeita à repartição das despesas de acordo com a regra nº 11 do Regulamento 1685/2000, as despesas "in" estão concentradas nas Acções 1 e 2 da Medida 1. Estas despesas totalizam 1 962 mil Euros a que corresponde um montante FEDER de 1 472 mil Euros e representam aproximadamente 27% do total da despesa realizada.

5.1.1 - Execução Financeira por Medida

A execução financeira das 4 Medidas que integram o Eixo FEDER do PO ATQCA III é a seguinte:

Un: 1000 Euros

Medidas	Despesa Pública Programada		Aprovações 2002 (Despesa Pública)		Desp. Púb. Executada 2002 = Acum. 2000-02	Taxas de Execução			
	2000/01	2000/02	Totais Aprovados (2000-06)	Fracção Anual 2002 = Acum. 2000-02		Face Prog 2000/01	Face Prog 2000/02	Face Totais Aprov.	Face Fracções Anuais Aprov
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)=(5)/(1)	(7)=(5)/(2)	(8)=(5)/(3)	(9)=(5)/(4)
Medida 1.1	8.903	13.125	2.230	2.017	1.602	18%	12%	72%	79%
Acção 1.1.1			1.212	1.212	1.025			85%	85%
Acção 1.1.2			750	750	562			75%	75%
Acção 1.1.3			268	55	15			6%	27%
Medida 1.2	3.745	5.522	2.467	799	605	16%	11%	25%	76%
Medida 1.3	1.894	2.793	2.164	2.164	2.016	106%	72%	93%	93%
Medida 1.4	1.483	2.186	533	533	532	36%	24%	100%	100%
TOTAL	16.025	23.626	7.394	5.513	4.755	30%	20%	64%	86%

*Despesa validada e certificada pela Autoridade de Pagamento



Medida 1.1 – Gestão, Acompanhamento e Controlo

Nesta medida foram aprovados 13 projectos, que totalizam uma despesa pública de 2 229 mil Euros e um FEDER associado de 1 672 mil Euros. Destes, 10 projectos equivalentes a uma despesa pública de 1 962 mil Euros e a uma participação FEDER de 1 472 mil Euros, enquadram-se nas acções 1.1 e 1.2 de natureza "in" e os restantes 3, equivalentes a uma despesa pública de 268 mil Euros e a uma participação FEDER de 201 mil Euros, têm enquadramento na Acção 1.3 de natureza "out".

A despesa pública executada totalizou 1 602 mil Euros com um FEDER associado de 1 201 mil Euros, o que corresponde a uma taxa de execução de 18% face aos montantes programados para o período 2000/2001 e de 12% face ao programado para o triénio 2000/2002. A baixa taxa de execução registada nesta Medida, justifica-se fundamentalmente pelo facto de as Estruturas de Apoio Técnico da Comissão de Gestão, do PO ATQCA III e do Controlo de 2º Nível, para as quais é canalizada grande parte dos recursos financeiros, terem sido implementadas somente em 2002.

Analisando a execução face às aprovações, verifica-se uma taxa de 72% face aos montantes totais aprovados em candidatura e uma taxa de 79% face à parcela anual aprovada para 2002. Este valor deve-se fundamentalmente ao facto de a apresentação e validação da despesa dos projectos de funcionamento da Gestão e do Controlo ter deslizado para 2003, sendo ainda de considerar o facto de alguns projectos terem encerrado ligeiramente abaixo do previsto.

Medida 1.2 – Avaliação do QCA III

No âmbito desta medida foram aprovados 12 projectos que representam uma despesa pública de 2 467 mil Euros, ao qual está associado um FEDER de 1 850 mil Euros.

A despesa pública executada totalizou 605 mil Euros, a que correspondeu um montante FEDER de 454 mil Euros.

A taxa de execução foi, assim, de 16% face ao programado para 2000/2001 e de 11% para o período 2000/2002. Estes valores deverão crescer significativamente em 2003, ano em que vai ocorrer a realização do estudo de avaliação intercalar do QCA e a realização de 3 estudos de avaliação não obrigatória.

Analisando a execução face às aprovações, verifica-se uma taxa de 25% face aos montantes totais aprovados em candidatura e uma taxa de 76% face à parcela anual aprovada para 2002. Este valor deve-se fundamentalmente ao deslize para 2003 da realização do estudo de avaliação intercalar e ao facto de alguns projectos, designadamente dos Grupos de Trabalho Temáticos, terem encerrado abaixo do previsto.

Medida 1.3 – Sistema de Informação do QCA

Nesta Medida foram aprovados 13 projectos que totalizaram uma despesas pública de 2 164 mil Euros e uma comparticipação FEDER de 1 623 mil Euros de FEDER.

A despesa pública executada totalizou 2 016 mil Euros a que correspondeu um montante FEDER de 1 512 mil Euros. A taxa de execução é, assim, de 106% face ao programado para 2000/2001 e de 72% comparativamente ao programado para 2000/2002.

Analisando a execução face às aprovações e tratando-se unicamente de projectos anuais, verifica-se uma taxa de 93%, quer face aos montantes totais aprovados em candidatura quer face à parcela anual aprovada para 2002. O facto de não se ter atingido uma execução de 100% resulta fundamentalmente do deslize, para 2003, da conclusão de dois projectos.

Medida 1.4 – Divulgação e Publicidade

No âmbito desta Medida foram aprovados 7 projectos que representam uma despesa pública de 533 mil Euros e um FEDER associado de 400 mil Euros

A despesa pública executada totalizou 532 mil Euros a que correspondeu um montante FEDER de 399 mil Euros, o que representa uma taxa de execução de 36% face ao programado 2000/01 e de 24% face ao programado 2000/02. Estes valores ficaram abaixo do expectável devido ao adiamento de determinadas actividades de divulgação e publicidade e ao facto de muitas das acções desenvolvidas terem sido efectuadas com recursos próprios da DGDR.

Analisando a execução face às aprovações e tratando-se de projectos anuais, verifica-se uma taxa de cerca de 100%, quer face aos montantes totais aprovados em candidatura quer face à parcela anual aprovada para 2002.

5.1.2 - Execução Financeira por Região

Tal como definido no Programa e uma vez que este tem características transversais de apoio ao QCA, as despesas são consideradas a nível nacional, aplicando-se à globalidade destas, a ponderação entre regiões de Objectivo 1 e em regime transitório, constante do plano de financiamento do Programa Operacional.

Deste modo, a repartição da execução por região elegíveis (Objectivo 1) e em regime transitório (Região de Lisboa e Vale do Tejo) é a apresentada no quadro seguinte:



UN:Euros

REGIÃO	DESPESA PÚBLICA PROGRAMADA	DESPESA PÚBLICA EXECUTADA
	2000/2002	2002/Acumulada
Regiões Elegíveis	18.780.910	3.752.913
Regiões em regime transitório	4.844.628	1.001.823
Total	23.625.538	4.754.736

5.1.3 - Execução Financeira por Domínio de Intervenção

A execução financeira por domínio de intervenção é apresentada no quadro Anexo 5.

5.1.4 - Fluxos Financeiros com a Comissão Europeia

Conforme indicado no Anexo 6, o Eixo FEDER apresentou, em 2002, dois pedidos de pagamento intermédios à Comissão Europeia no montante global de 3.125 mil Euros, para reembolso de uma despesa pública certificada de 4.167 mil Euros. A 31 de Dezembro de 2002 nenhum dos pedidos de pagamento tinha sido reembolsado.

5.1.5 - Perspectivas para 2003

Perspectivando-se o cumprimento do Plano de Actividades, as previsões de pedidos de pagamento à CE para 2003 apontam para 6 350 mil Euros, que correspondem a uma despesa pública de 8 467 mil Euros. O montante FEDER previsto, acrescido dos pedidos de pagamento efectuados em 2002 no valor de 3 125 mil Euros e do pagamento por conta no valor de 2 548 mil Euros, totaliza 12 023 mil Euros, o que significa que serão absorvidas as parcelas programadas para 2000 e 2001.





5.2 Eixo FSE

UN: 1 000 Euros

Medida	PROGRAMAÇÃO			APROVAÇÕES		EXECUÇÃO*		TAXAS DE EXECUÇÃO				
	2000/01 (1)	2000/02 (2)	2000/06 (3)	2002 (4)	Acumulada (5)	2002 (6)	Acumulada (7)	Exec.2002 / Aprov.2002 (8)=(6)/(4)	Execu.Acum./ Aprov.Acum. (9)=(7)/(5)	Exec.Acum./ Prog.2000/01 (10)=(7)/(1)	Exec.Acum./ Prog.2000/02 (11)=(7)/(2)	Exec.Acum./ Prog.2000/06 (12)=(7)/(3)
2.1	6.114	9.086	20.800	1.792	3.406	1.059	2.115	59%	62%	35%	23%	10%
2.2	585	2.212	6.505	0	0	0	0	0%	0%	0%	0%	0%
2.3	5.428	6.228	7.589	1.855	3.745	1.634	3.053	88%	82%	56%	49%	40%
2.4	1.425	2.101	4.337	521	1.037	77	247	15%	24%	17%	12%	6%
2.5	6.131	9.388	20.659	2.789	4.451	794	2.364	28%	53%	39%	25%	11%
Total	19.685	29.014	59.889	6.956	12.639	3.563	7.778	51%	62%	40%	27%	13%

A execução financeira registada a 31 de Dezembro de 2002 ascende a 3 563 mil Euros de despesa pública à qual está associado um FSE de 2 672 mil Euros.

A execução financeira acumulada reportada a 31 de Dezembro de 2002 ascende a 7 778 mil Euros de despesa pública à qual está associado um FSE de 5 834 mil Euros. Estes valores representam uma taxa de execução de 40% face ao programado 2000/2001 e de 27% relativamente ao programado 2000/2002.

Esta execução financeira acumulada reportada a 31 de Dezembro de 2002 representa uma taxa de execução de 13% face ao programado 2000/2006.

No que respeita à repartição das despesas de acordo com a regra nº 11 do Regulamento 1685/2000, as despesas "in" estão concentradas nas Tipologias de Projecto 1 e 2 da Medida 2.1. No ano de 2002 estas despesas totalizam 1 059 mil Euros a que corresponde um montante FSE de 794 mil Euros e representam aproximadamente 30 % do total da despesa realizada.

Relativamente ao acumulado no período 2000/2002 as despesas totalizam 2 115 mil Euros a que corresponde um montante FSE de 1 586 mil Euros representando 27% do total da despesa pública realizada.

Analisando a execução de 2002 face às aprovações de 2002, verifica-se uma taxa de 51%. De referir que nesta execução ainda não estão contabilizados os montantes a aprovar em Saldo Final.

A execução financeira das 5 Medidas que integram o Eixo FSE do PO ATQCA III é a seguinte:

Medida 2.1 - Gestão, Acompanhamento e Controlo

A despesa pública executada totalizou 1 059 mil Euros com um FSE associado de 794 mil Euros.

A execução financeira acumulada reportada a 31 de Dezembro de 2002 ascende a 2 115 mil Euros de despesa pública à qual está associado um FSE de 1 586 mil Euros. Estes valores representam uma taxa de execução de 35% face ao programado 2000/2001 e de 23% relativamente ao programado 2000/2002 e 10% face ao programado 2000/2006.

Analisando a execução de 2002 face às aprovações de 2002, verifica-se uma taxa de 59% face aos montantes totais aprovados em candidatura. De referir que nesta execução ainda não estão contabilizados os montantes a aprovar em Saldo Final.

Medida 2.2 - Avaliação

Não houve execução em 2002.

Medida 2.3 - Sistema de Informação da vertente FSE

A despesa pública executada totalizou 1 634 mil Euros com um FSE associado de 1 226 mil Euros.

A execução financeira acumulada reportada a 31 de Dezembro de 2002 ascende a 3 053 mil Euros de despesa pública à qual está associado um FSE de 2 290 mil Euros. Estes valores representam uma taxa de execução de 56% face ao programado 2000/2001 e de 49% relativamente ao programado 2000/2002 e 40% face ao programado 2000/2006.

Analisando a execução de 2002 face ao montante aprovado de 2002, verifica-se uma taxa de 88% face aos montantes totais aprovados em candidatura. De referir que nesta execução ainda não está contabilizada os montantes a aprovar em Saldo Final.

Medida 2.4 - Divulgação e Publicidade

A despesa pública executada totalizou 77 mil Euros com um FSE associado de 58 mil Euros.

A execução financeira acumulada reportada a 31 de Dezembro de 2002 ascende a 247 mil Euros de despesa pública à qual está associado um FSE de 185 mil Euros. Estes valores representam uma taxa de execução de 17% face ao programado 2000/2001 e de 12% relativamente ao programado 2000/2002 e 6% face ao programado 2000/2006.

Analisando a execução de 2002 face ao montante aprovado de 2002, verifica-se uma taxa de 15% face aos montantes totais aprovados em candidatura. De referir que nesta execução ainda não está contabilizada os montantes a aprovar em Saldo Final.

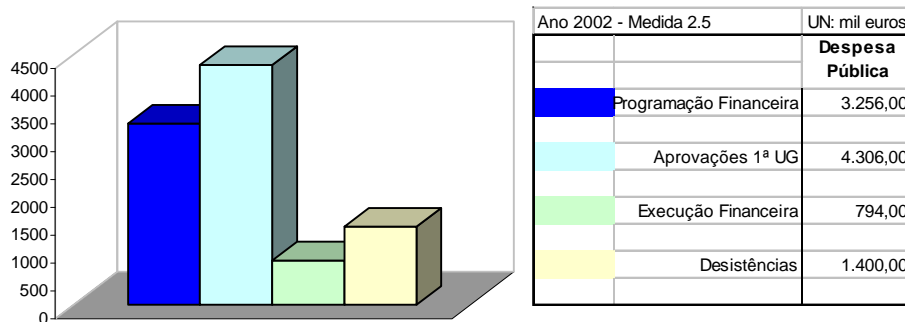
Medida 2.5 - Melhoria da qualidade e consistência do Sistema de Formação Profissional

A despesa pública executada totalizou 794 mil Euros com um FSE associado de 596 mil Euros.

A execução financeira acumulada reportada a 31 de Dezembro de 2002 ascende a 2 364 mil Euros de despesa pública à qual está associado um FSE de 1 773 mil Euros. Estes valores representam uma taxa de execução de 39% face ao programado 2000/2001 e de 25% relativamente ao programado 2000/2002 e 11% face ao programado 2000/2006.

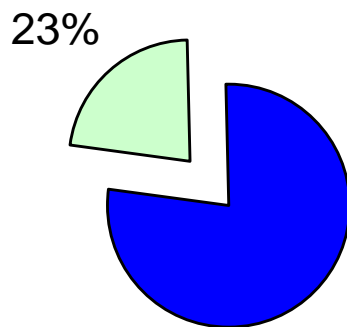
Analisando a execução de 2002 face ao montante aprovado de 2002, verifica-se uma taxa de 28% face aos montantes totais aprovados em candidatura. De referir que nesta execução ainda não está contabilizada os montantes a aprovar em Saldo Final.

Comportamento da Medida 2.5 em 2002

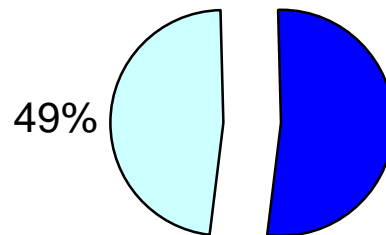


Execução Financeira Acumulada por Medida (Dotação 2000/2002)

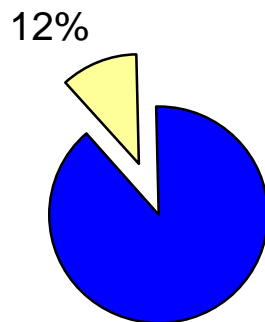
Medida 2.1



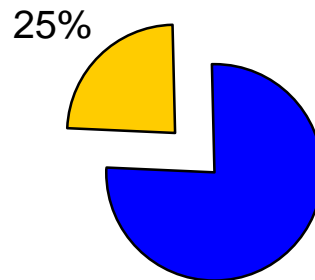
Medida 2.3



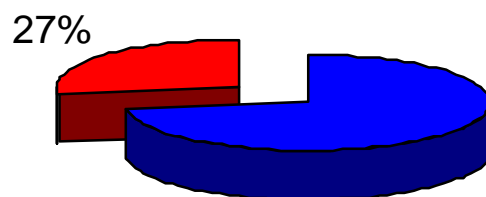
Medida 2.4



Medida 2.5



Execução Financeira do Eixo FSE



5.2.2 - EXECUÇÃO FINANCEIRA POR REGIÃO

Tal como definido no Programa e uma vez que este tem características transversais de apoio ao QCA, as despesas são consideradas a nível nacional, aplicando-se à globalidade destas, a ponderação entre regiões de Objectivo 1 e em regime transitório, constante do plano de financiamento do Programa Operacional.

Deste modo, a repartição da execução por região elegíveis (Objectivo 1) e em regime transitório (Região de Lisboa e Vale do Tejo), para o Eixo FSE, é a apresentada no quadro seguinte:

REGIÃO	DESPESA PÚBLICA PROGRAMADA	DESPESA PÚBLICA EXECUTADA
	2000/2002	2002/Acumulada
Regiões Elegíveis	22.379.606	5.996.562
Regiões em regime transitório	6.634.548	1.746.614
Total	29.014.154	7.743.176

5.2.3 - EXECUÇÃO FINANCEIRA POR DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO

A execução financeira por domínio de intervenção é apresentada no quadro anexo 5.

5.2.4 - FLUXOS FINANCEIROS COM A CE

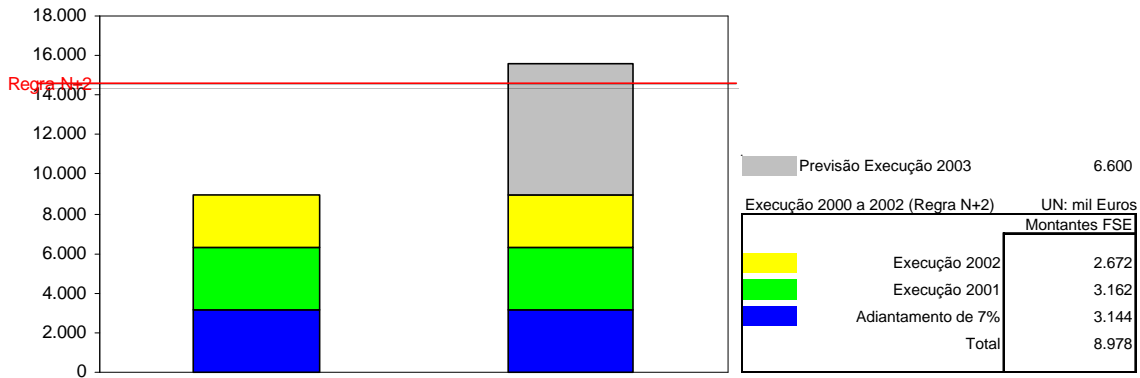
Conforme consta do anexo 7, o Eixo FSE apresentou, em 2002, 3 pedidos de pagamento intermédios à Comissão Europeia no montante global de 3 669 mil Euros, para reembolso de uma despesa pública certificada de 4 892 mil Euros. O total acumulado 2001/2002 de pedidos de pagamento intermédios à Comissão Europeia foi no montante global de 5.250 mil Euros, para reembolso de uma despesa pública certificada de 7.000 mil Euros.

5.2.5 - Perspectivas para 2003

A execução prevista para o ano de 2003 em despesa pública ascenderá a 8 800 mil Euros o que permitirá cumprir a regra N + 2 .

Esta estimativa é reforçada por um esforço de divulgação das possibilidades do PO AT/FSE e prospecção de novos projectos, a serem submetidos na 2ª Unidade de Gestão de 2003, e que contribuirão para a execução desse ano.

Previsão de cumprimento da Regra N+2





6. Disposições tomadas pela Autoridade de Gestão e pela Comissão de Acompanhamento para assegurar a Eficácia da Gestão e Implementação do Programa

No que se refere ao Eixo FEDER, a criação dos instrumentos necessários à sua implementação e execução constituiu, em 2002, uma das principais preocupações da Autoridade de Gestão.

Assim, para além da constituição da Estrutura de Apoio Técnico, foi dedicada especial atenção ao estabelecimento de procedimentos no âmbito da apresentação e análise das candidaturas bem como da gestão e acompanhamento dos projectos, consubstanciados no "Manual de Apoio à Gestão e Apresentação de Candidaturas". De salientar é ainda o apoio prestado aos beneficiários, no que respeita à preparação e apresentação de candidaturas.

No que se refere ao Eixo FSE foi realizada uma Sessão de Informação sobre o PO AT/FSE em Julho, que teve por objectivo a apresentação/divulgação do Eixo FSE desta IO aos serviços do Ministério da Segurança Social e do Trabalho e a outros potenciais promotores, bem como a divulgação de informação relativamente aos procedimentos a adoptar para apresentação de candidaturas, no enquadramento dos objectivos do Eixo FSE.

Tendo em consideração as obrigações regulamentares relativas à gestão e acompanhamento, apresentam-se de seguida as principais actividades realizadas:

Comissão de Acompanhamento

Durante o ano de 2002 realizaram-se duas reuniões da Comissão de Acompanhamento, a primeira a 26 de Junho e a segunda a 11 de Dezembro de 2002.

A primeira reunião da Comissão de Acompanhamento teve como principal ponto da ordem de trabalhos a apreciação do Relatório de Execução de 2001, que foi objecto de algumas sugestões de alteração. Depois de acolhidas as sugestões da Comissão de Acompanhamento, o relatório de execução foi notificado à Comissão Europeia em 01 de Julho de 2002 e por esta aceite em 03 de Outubro de 2002.

Foi igualmente apresentado o ponto de situação da implementação e execução de cada um dos Eixos do programa e prestados esclarecimentos sobre questões diversas, nomeadamente sobre o andamento dos Grupos de Trabalho Temáticos e sobre o desenvolvimento da base de dados para controlo dos auxílios de minimis.

Na segunda reunião, foram apreciados os planos de actividades para 2003 de ambos os eixos e do Observatório do QCA III, tendo os mesmos merecido o parecer favorável da Comissão de Acompanhamento. Foi igualmente feito o ponto de situação da execução do Programa, tendo-se seguido a

apresentação do Sistema de Informação do FSE e a apresentação de um projecto do INOFOR (beneficiário do Eixo FSE).

Unidade de Gestão

Eixo FEDER

Realizaram-se, em 2002, três reuniões da Unidade de Gestão do Eixo FEDER, tendo a primeira ocorrido em 20 de Fevereiro e as restantes em 1 de Agosto e 13 de Novembro. Nestas reuniões foram analisadas e aprovadas 45 candidaturas, correspondentes a uma despesa pública de 7 394 mil Euros e a uma participação FEDER de 5 546 mil Euros.

Destaca-se, na 1ª reunião, a aprovação do Regulamento Interno da Unidade de Gestão e a aprovação dos formulários de candidatura e de pedido de pagamento, bem como do modelo de relatório final de projecto.

De destacar é também a apreciação, nesta reunião, da primeira versão do "Manual de Apoio à Gestão e Apresentação de Candidaturas", que reúne e sistematiza os procedimentos que os beneficiários do Eixo FEDER devem adoptar na apresentação de candidaturas e durante o período de vigência dos projectos, bem como os mecanismos processuais e regras nacionais e comunitárias em que o gestor se suporta para cumprimento das suas atribuições. Trata-se de um documento evolutivo, que tem vindo a acolher os ajustamentos e melhoramentos que, do ponto de vista da gestão, têm sido considerados necessários.

Eixo FSE

Realizaram-se, em 2002, duas reuniões da Unidade de Gestão do Eixo FSE, a primeira ocorreu em 31 de Janeiro e a segunda a 7 de Outubro, tendo havido lugar à aprovação de 30 candidaturas no total.

Na 1ª Unidade de Gestão foram aprovados 27 candidaturas correspondentes a uma despesa pública de 8.329 mil Euros e a uma participação FSE de 6.246 mil Euros.

Na 2ª Unidade de Gestão foram aprovados 3 candidaturas correspondentes a uma despesa pública de 38 mil Euros e a uma participação FSE de 29 mil Euros.

Nesta segunda Unidade de Gestão foram, ainda, analisados os pedidos de reprogramação de projectos do beneficiário INOFOR, tendo o projecto nº 22 "Acreditação de Entidades Formadoras" sido objecto de uma reprogramação física para unidades superiores; os projectos nº 23 "Sistema de Formação/Inovação e Reforço da Qualidade - Centro de Recursos em Conhecimento" e nº 25 "Formação a distância & e-learning" sido objecto de uma reprogramação financeira e física para montantes e unidades inferiores, e o projecto nº 26 "Estudos sectoriais prospectivos, identificação



de perfis profissionais e necessidades de formação", sido objecto de uma reprogramação física para unidades inferiores.

Foram, também, analisados os pedidos de reprogramação de projectos do beneficiário Departamento de Estudos, Prospectiva e Planeamento (DEPP), tendo o projecto nº 34 "Estudo para o conhecimento da evolução das determinantes da produtividade do trabalho em Portugal", nº 36 "Preparação técnica e publicação da Revista SOCIEDADE E TRABALHO e dos cadernos SOCIEDADE E TRABALHO" e nº 37 "Concepção, desenvolvimento e publicação da Colecção Cogitum - Estudos e Documentos" sido objecto de reprogramações financeiras e físicas para montantes e unidades inferiores.

Finalmente, foram analisados os pedidos de reprogramação do beneficiário IGFSE, tendo os projectos nº 39 "Funcionamento das estruturas de gestão, coordenação e acompanhamento" e nº 41 "Sistema de Informação da vertente FSE" sido objecto de reprogramações financeiras para montantes superiores.

A Unidade de Gestão pronunciou-se pela aprovação das reprogramações num valor total de 4.090 mil Euros, com uma comparticipação FSE de 3.067 mil Euros.

Foi comunicado à Unidade de Gestão que, por motivos relacionados com restrições orçamentais (impossibilidade de assegurar a CPN), o beneficiário DEPP desistiu da realização do projecto nº 35 "Estudo Medidas de Pobreza e Exclusão Social" e nº 38 "Programa de Estudos e Seminários" durante o ano de 2002, tendo intenção de os submeter a candidatura em 2003.

A ex-DGEFP, comunicou, também, à Unidade de Gestão, que aquele organismo não dispunha de condições para concretizar os projectos aprovados, nº 19 "Projecto-piloto: Inserção/Sociedade da Informação", nº 20 "Fundamentação de medidas de política de emprego e formação profissional" e nº 21 "A Qualidade no Emprego e na Formação Profissional", pelo que se propunha voltar a candidatá-los em 2003.

Sistemas de informação

Eixo FEDER

O Eixo FEDER insere-se integralmente no SIFEC, utilizando o módulo FEDER para o acompanhamento físico e financeiro dos projectos e os restantes módulos para os respectivos níveis de gestão. Toda a informação respeitante ao Eixo FEDER se encontra registada e actualizada.

Eixo FSE

O Eixo FSE do PO AT constitui um Gestor Integrado no âmbito do SII/FSE. No final de 2002 encontravam-se em curso os trabalhos relativos à preparação da recuperação do histórico.

Controlo

Eixo FEDER

De acordo com a legislação relativa ao Sistema Nacional de Controlo, designadamente a Portaria 684/2001, à Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional cabe o controlo de 1º e 2º nível, bem como a certificação de despesas.

Considerando que a Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional e a Inspeção-Geral de Finanças, responsável pelo controlo de alto nível, são beneficiários do PO ATQCA, o exercício do controlo será assegurado por um auditor externo, prevendo-se sua contratação para o início do 2º semestre de 2003, através do recurso ao painel de auditores destinado à realização de auditorias técnico-financeiras a projectos cofinanciados pelo FEDER e a sistemas de gestão e controlo no âmbito do QCA III, que foi consituído por despacho de 17 de Julho de 2002 da Ministra de Estado e das Finanças.

Eixo FSE

Também de acordo com a legislação relativa ao Sistema Nacional de Controlo, designadamente a Portaria 684/2001, ao Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu cabe o controlo de 1º e 2º nível, bem como a certificação de despesas.

No sentido de assegurar uma verdadeira segregação de funções, o exercício do controlo de 1º Nível ao beneficiário IGFSE no âmbito do PO AT/FSE será assegurado pela Inspeção Geral do Ministério da Segurança Social e do Trabalho (IGMSST) por via de um Protocolo a firmar no início do 1º trimestre de 2003 entre o IGFSE e a IGMSST.

Avaliação

Atendendo às características e objectivos do PO ATQCA III, a sua avaliação intercalar será integrada na avaliação intercalar do QCA III, conforme consta dos documentos relativos ao Programa de Concurso e caderno de Encargos homologados a 13 de Março de 2002 e publicados no DR nº 86, III série, de 12 de Abril e no Jornal Oficial das Comunidades de 6 de Abril de 2002.

Assim, a avaliação do PO ATQCA III far-se-á em paralelo e em articulação com a avaliação do Quadro Comunitário de Apoio, embora cumprindo de forma autónoma as especificações definidas para o PO ATQCA III.

Para a realização do Estudo de Avaliação Intercalar foi seleccionado o consórcio Quaternaire/CEDRU/TIS.pt, cujo contrato viria a ser celebrado em 27 de Janeiro de 2003.



7. Planos de Comunicação

As acções desenvolvidas no âmbito do Plano de Acção de Comunicação do QCA III e do Plano de Comunicação do Fundo Social Europeu constam, respectivamente, dos Anexos 10 e 11 e das descrições relativas às Medidas 1.4 (FEDER) e 2.4 (FSE) efectuadas no âmbito do ponto 4. "Estado de Avanço dos Eixos Prioritários e das Medidas".





8. Medidas tomadas com a finalidade de assegurar a compatibilidade com as políticas comunitárias e a coordenação de conjunto

8.1 - Igualdade de Oportunidades

O PO ATQCA III não inclui medidas positivas destinadas a promover a igualdade de oportunidades entre mulheres e homens. É, no entanto, de salientar os apoios a acções que directa ou indirectamente contribuem para o acompanhamento e aprofundamento desta temática.

Assim, para além do sistemas de informação do QCA e do FSE que permitem fazer o acompanhamento destas matérias, nomeadamente através dos indicadores que integram a perspectiva de género, é de referir que no âmbito do FSE o Grupo de Trabalho Temático Igualdade de Oportunidades tem as suas actividades apoiadas, tendo decorrido um projecto em 2002; a análise técnica dos projectos no Eixo FSE contempla um critério relativo ao género e prevê-se para 2003 o financiamento de projectos com vista à internalização da transversalização da perspectiva de género.

8.2 - Compatibilidade com a Política do Ambiente

Os projectos, e as acções deles decorrentes, co-financiados pelos 2 eixos do PO ATQCA III não apresentam implicações directas em matéria de ambiente. É, no entanto, de referir que a medida 2 do Eixo FEDER prevê o apoio a actividades da Rede Ambiental criada pelo Despacho nº 19561/2000, que tem designadamente como funções garantir que as candidaturas respeitem a legislação nacional e comunitária em matéria de ambiente, embora em 2002 não tenha sido apresentada nenhuma candidatura.

De referir é também o apoio às actividades do Grupo de Trabalho Temático do Ambiente, que tem como principal objectivo assegurar o acompanhamento dos diversos programas operacionais do QCA, na sua vertente ambiental.

8.3 - Política de Concorrência

No que se refere ao respeito pelas regras comunitárias em matéria de concorrência no domínio das ajudas de estado, o PO ATQCA III não contempla nenhuma ajuda de estado, no sentido do art.º 87.1 do Tratado.